



EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2023

ASSUNTO

PONTO 03.01.01 - RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – ANO 2022, DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - PROPOSTA.-----

DELIBERAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM UM VOTO CONTRA, APROVAR AS CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE REFERENTES AO ANO DE 2022.-----

MAIS DELIBEROU SUBMETTER A PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO.-----

Votou contra o Senhor Vereador Luís António Sequeira Peixoto, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: *"Eu vejo este documento de consolidação de tudo o que são as entidades municipais, mais como um documento claramente técnico, uma necessidade de ser apresentado neste executivo e na Assembleia Municipal, a Consolidação das Contas de todo o Grupo, e não o vejo como um documento claramente político, como é o caso do fecho das contas do município e, que, já aqui passaram e já aqui foram faladas. Se eu for ver deste ponto de vista, e na sequência também daquilo que diz o Auditor, o documento seguiu as normativas, há planos de controle internos, portanto, não há aqui nada que desconfiar do que está a ser apresentado, antes pelo contrário, e para além da saúde financeira de que fala.*

A única questão que aqui me leva a votar contra é, na verdade, depois, a observação política que aparece no fim, por parte do Senhor Presidente, porque se vissemos isto como um documento claramente técnico, eu não tinha problema nenhum em me abster, ou até, votar a favor. Mas depois, não podemos juntar aquilo que é a parte política da apresentação de contas do município que aqui já falamos e, o Senhor Presidente sabe qual é a minha opinião sobre o assunto, tem a ver claramente com a falta de investimento, ou com o baixo investimento, mas, as observações que o Senhor Presidente coloca depois como resumo, levam à parte política e, isso, não me vai permitir abster, ou votar favoravelmente este documento. Portanto, não está em causa a questão técnica do documento, de forma alguma, não está em causa a saúde do município também como já se falou, estão em causa as decisões políticas que se tomaram durante o ano passado, e falo do tema do investimento e as questões do IRS. Para além disso, não posso deixar de referir, as questões que o Auditor tem vindo a fazer estes anos todos, e o Senhor Presidente sabe quais são, tem a ver com o facto de não se integrar totalmente aqui os bens imóveis, de haver aqui alguma dúvida relativamente à totalidade dos bens imóveis do município, e também tem a ver com os tais três milhões que andam aí a bailar, relativamente à sociedade Polis. Portanto, com base nisto, eu voto contra."-----

TRAMITAÇÃO:

Remeter cópia da presente deliberação e respetivo processo ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que o mesmo seja deliberado na próxima sessão daquele órgão.

Remeter, ainda, cópia da presente deliberação e respetivo processo à Chefe da DGF, Dr.ª Paula Lima, para conhecimento.

A Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos
16 de junho de 2023

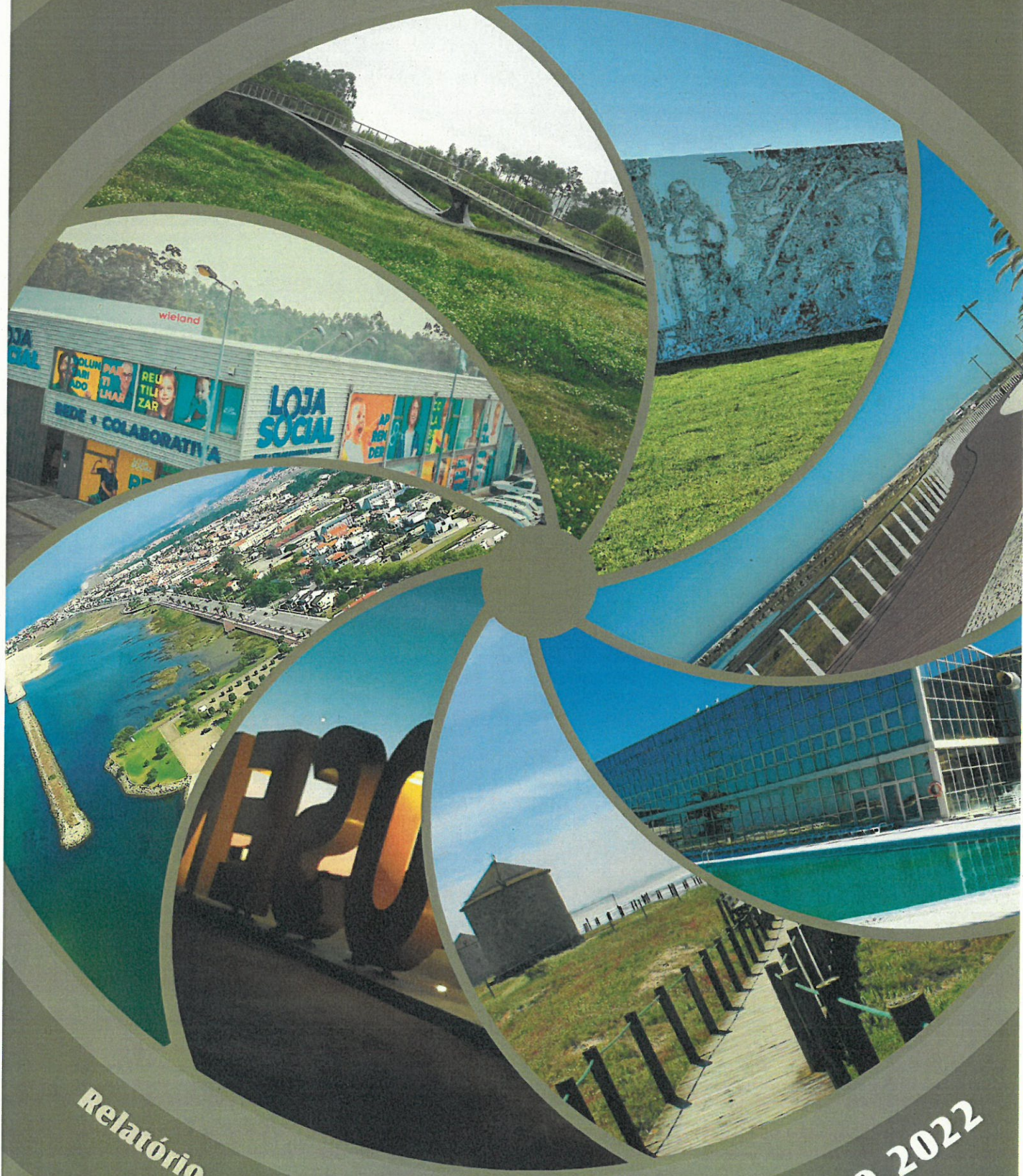
(Mafalda Ferreira, dr.ª)



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt



Relatório e Prestação de Contas Consolidadas Ano 2022
GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE

Índice Geral

I – Introdução.....	4
II – Perímetro de consolidação e Organograma do Grupo	5
III – Método de Consolidação	6
IV – Análise orçamental, económica e financeira consolidada.....	7
1 – Análise orçamental consolidada.....	7
2 – Posição Financeira: Balanço consolidado	9
3 – Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada	11
V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados.....	13
VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas	15
1 – Balanço Consolidado	15
2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada	16
3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	17
4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022.....	18
VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	21
Nota 1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	21
1.1. Identificação da entidade, período de relato	21
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas	1
Nota 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	2
2.1. Bases de mensuração	2
2.1.1. Pressuposto da continuidade	3
2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)	3
2.1.3. Consistência da apresentação	3
2.1.4. Materialidade e agregação	3
2.1.5. Compensação	3
2.1.6. Informação comparativa	4
2.1.7. Classificação de Balanço Consolidado	4
2.1.8. Principais estimativas e julgamentos.....	4
2.1.9. Acontecimentos subsequentes.....	4
2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros.....	5
Nota 3. Ativos intangíveis.....	5
3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	5
3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período	5
3.2.A. Ativos intangíveis – adições	6
Nota 4. Acordos de concessão	6
Nota 5. Ativos fixos tangíveis	6
5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.....	7
5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período	7
5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições	7
5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições	7
Nota 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	7
Nota 8 - Propriedades de investimento.....	8
8.1. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor.....	8
8.2. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor – quantia escriturada e variações do período	8
Nota 9. Imparidade de Ativos.....	8
Nota 10. Inventários.....	8
10.1. Inventários.....	9
10.2. Inventários: Movimentos do período	9
Nota 13. Rendimento de transações com contraprestação	9
Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação.....	10
Nota 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	11
Nota 17. acontecimentos após a data de relato.....	11
Nota 18. Instrumentos Financeiros	12
18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:	12
Nota 19- Benefícios dos empregados.....	12
Nota 20- Divulgações de partes relacionadas	14
22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos	16
22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades.....	17
22.4 Qualificação como entidade de investimento	17
22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas	17
22.8 Interesse detido por entidades que controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo	18
22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato.....	19
22.18. Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas	19
22.19. Outras divulgações relativas a associadas	20
22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis.....	20
Outras Divulgações.....	20
Nota 23 – Outras divulgações	21
Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar	21
VIII – Nota Final	23
IX – Certificação Legal das Contas	25



Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis	9
Gráfico 2 – Estrutura do Balanço	11
Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2022	13
Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2022	13

Índice de Quadros

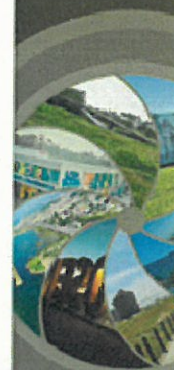
Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado	9
Quadro 2 – Síntese do Património Líquido e do Passivo consolidados	10
Quadro 3 – Resultados Consolidados	11
Quadro 4 – Estrutura de Gastos	13
Quadro 5 – Indicadores	14

Índice de Figuras

Figura 1 – Grupo Público Municipal	5
Figura 2 – Métodos e Perímetros de Consolidação	7

Índice de Demonstrações Financeiras

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022	15
Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, do período findo em 31 de dezembro de 2022	16
Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2022	17
Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido - Ano 2021	19
Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022	20



I – Introdução

A nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) trazem um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Envolvendo os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública (orçamental, financeira e de gestão), este novo paradigma impõe o desenvolvimento de mecanismos que permitam, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível europeu e internacional.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro do Município de Esposende para o ano de 2022 passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas determinada pelas suas necessidades, ainda para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões, pois este novo sistema orçamental e financeiro é mais eficiente e mais convergente com os sistemas contabilísticos a nível internacional.

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas, visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O mesmo artigo, através do seu nº 2, acrescenta que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”.

O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

As demonstrações financeiras individuais das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC), e conforme Portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicado no contexto do setor empresarial local.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Público Municipal é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas. No entanto, essa informação não é suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo Público

do Município de Esposende (GPME) como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas do Grupo Público do Município de Esposende, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do mesmo.

Assim, o Município de Esposende elaborou a Consolidação de Contas relativa ao ano de 2022, do Grupo Público do Município de Esposende, e a submeterá para aprovação da Câmara e Assembleia Municipal.

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2020, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Não obstante, o presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a referida NCP, uma vez que, apesar do Município ter implementada a contabilidade de gestão e as restantes participadas não serem obrigadas a apresentar resultados de contabilidade de gestão, de forma agregada, não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão.

II - Perímetro de consolidação e Organigrama do Grupo

Conforme o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O Grupo Público Municipal engloba o Município de Esposende, entidade consolidante, a EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda e a Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda.

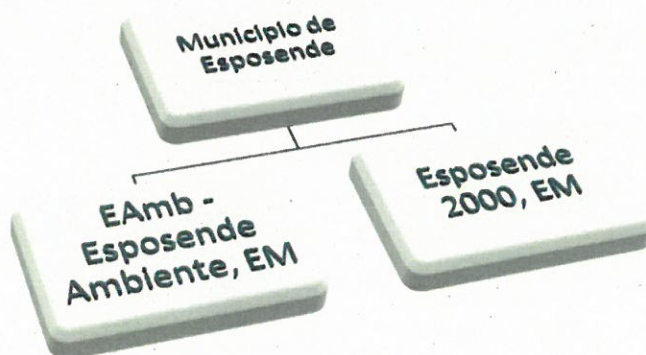


Figura 1 - Grupo Público Municipal



III - Método de Consolidação

Na consolidação de contas do Município de Esposende é utilizado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades consolidadas. Relativamente aos mapas de execução orçamental, a integração não se aplica dada a inexistência dos mesmos nas entidades consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 “Demonstrações Financeiras Consolidadas” com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector. Este método contempla a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das entidades consolidadas no balanço e demonstração dos resultados da entidade consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações e saldos Intra grupo, ou seja, operações e saldos entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

De acordo com a NCP 22, as demonstrações financeiras consolidadas:

- Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;
- Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas;
- Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações Intra grupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas Intra grupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

De referir que, tendo em conta o perímetro de consolidação, não existem os direitos de terceiros, designados para este efeito de “Interesses que não controlam”, os quais não integram, por isso, o balanço consolidado.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.



IV - Análise orçamental, económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira consolidada teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Para tal, analisou-se a estrutura ao nível das óticas financeiras, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (EAMB – Esposende Ambiente, EM e Esposende 2000, EM) e o método da equivalência patrimonial à entidade associada (Zendensino – Cooperativa de Ensino, IPRL). As restantes entidades nas quais o Município de Esposende detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo custo de aquisição.

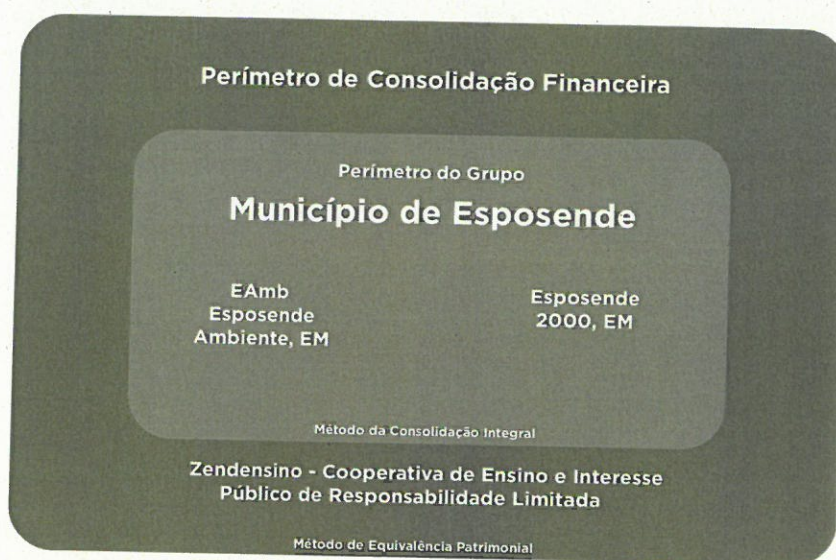


Figura 2 – Métodos e Perímetros de Consolidação

1 - Análise orçamental consolidada

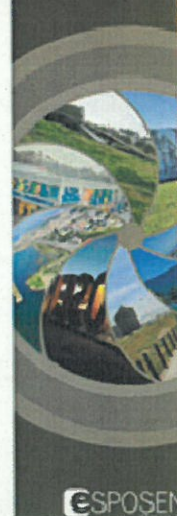
A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, a consolidação orçamental diz apenas respeito ao Município de Esposende.



1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental

DCDORC - Demonstração consolidada do desempenho orçamental									
Grupo Público do Município de Esposende									
Período	Periodicidade	Mensal							
01/01/2022	Período	Mensal Após Apuramento dos Resultados							
31/12/2022	Acumulados	Sim							
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					Ano	Ano	Total 2021
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	2022	2021	
RA01	Saldo de gestão anterior	616 712,23 €		6 718 043,97 €		2 281 855,11 €	9 616 611,31 €	8 389 534,50 €	
RI01	Operações orçamentais [1]	616 712,23 €		6 718 043,97 €			7 334 756,20 €	6 246 700,16 €	
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais								
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades								
RI03	Operações de tesouraria [A]					2 281 855,11 €	2 281 855,11 €	2 142 834,34 €	
RA02	Receita corrente	33 748 589,41 €		433 589,03 €			34 182 178,44 €	28 902 736,48 €	
R1	Receita fiscal	11 700 925,62 €					11 700 925,62 €	9 512 840,97 €	
R1.1	Impostos diretos	9 882 697,74 €					9 882 697,74 €	9 059 652,86 €	
R1.2	Impostos indiretos	1 818 227,88 €					1 818 227,88 €	453 188,11 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde								
R3	Taxas, multas e outras penalidades	618 056,74 €					618 056,74 €	571 623,76 €	
R4	Rendimentos de propriedade	782 031,58 €					782 031,58 €	770 649,73 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	11 773 894,69 €		433 589,03 €			12 207 483,72 €	10 166 308,69 €	
R5.1	Transferências correntes	10 965 831,90 €		433 589,03 €			11 399 420,93 €	8 666 709,68 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	10 885 234,24 €		433 589,03 €			11 318 823,27 €	8 491 843,89 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	10 885 234,24 €		433 589,03 €			11 318 823,27 €	8 442 959,29 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							48 884,60 €	
R5.1.1.3	Segurança Social								
R5.1.1.4	Administração Regional								
R5.1.1.5	Administração Local								
R5.1.2	Exterior - UE								
R5.1.3	Outras	80 597,66 €					80 597,66 €	111 582,22 €	
R5.2	Subsídios correntes								
R6	Venda de bens e serviços	8 826 352,82 €					8 826 352,82 €	7 856 336,28 €	
R7	Outras receitas correntes	47 327,96 €					47 327,96 €	24 977,05 €	
RA03	Receita de capital	2 354 102,84 €		1 816 853,57 €			4 170 956,41 €	4 567 536,35 €	
R8	Venda de bens de investimento	1 632 101,84 €					1 632 101,84 €	230 936,75 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	722 001,00 €		1 816 853,57 €			2 538 854,57 €	4 336 599,60 €	
R9.1	Transferências de capital	722 001,00 €		1 816 853,57 €			2 538 854,57 €	4 336 599,60 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	722 001,00 €		1 816 853,57 €			2 538 854,57 €	4 336 599,60 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	722 001,00 €		1 816 853,57 €			2 538 854,57 €	4 336 599,60 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
R9.1.1.3	Segurança Social								
R9.1.1.4	Administração Regional								
R9.1.1.5	Administração Local								
R9.1.2	Exterior - UE								
R9.1.3	Outras								
R9.2	Subsídios de capital								
R10	Outras receitas de capital								
RA04	Receita efetiva [2]	36 128 348,29 €		2 250 442,60 €			38 378 790,89 €	33 476 510,20 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	25 656,04 €					25 656,04 €	6 237,37 €	
RA05	Receita não efetiva [3]	296 170,29 €					296 170,29 €	1 788 998,31 €	
R12	Receita com ativos financeiros								
R13	Receita com passivos financeiros								
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	37 041 230,81 €		8 968 486,57 €			46 009 717,38 €	41 512 208,67 €	
ROT1	Operações de tesouraria [B]					784 176,69 €	784 176,69 €	644 276,73 €	
DA01	Despesa corrente	29 382 973,18 €					29 382 973,18 €	23 346 035,32 €	
D1	Despesa com o pessoal	10 861 804,78 €					10 861 804,78 €	8 847 200,04 €	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	9 032 294,24 €					9 032 294,24 €	7 348 206,55 €	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 664 928,96 €					1 664 928,96 €	1 133 312,31 €	
D1.3	Segurança social	1 664 928,96 €					1 664 928,96 €	1 385 679,18 €	
D2	Aquisição de bens e serviços	18 406 281,89 €					18 406 281,89 €	10 536 949,37 €	
D3	Juros e outros encargos	39 492,06 €					39 492,06 €	37 479,05 €	
D4	Transferências e subsídios correntes	4 248 769,53 €					4 248 769,53 €	3 539 560,54 €	
D4.1	Transferências correntes	2 731 715,31 €					2 731 715,31 €	2 105 350,87 €	
D4.1.1	Administrações Públicas	719 774,59 €					719 774,59 €	592 595,73 €	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D4.1.1.3	Segurança Social								
D4.1.1.4	Administração Regional								
D4.1.1.5	Administração Local								
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 878 910,55 €					1 878 910,55 €	1 166 291,39 €	
D4.1.3	Famílias	64 457,65 €					64 457,65 €	77 941,07 €	
D4.1.4	Outras								
D4.2	Subsídios Correntes	1 517 054,22 €					1 517 054,22 €	1 434 209,67 €	
D5	Outras despesas correntes	826 624,92 €					826 624,92 €	384 846,32 €	
DA02	Despesa de capital	6 914 002,02 €					6 914 002,02 €	9 467 638,29 €	
D6	Aquisição de bens de capital	5 798 446,97 €					5 798 446,97 €	8 361 852,92 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	1 114 832,65 €					1 114 832,65 €	1 105 180,38 €	
D7.1	Transferências de capital	1 114 832,65 €					1 114 832,65 €	1 105 180,38 €	
D7.1.1	Administrações Públicas	537 581,16 €					537 581,16 €	455 184,64 €	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7.1.1.3	Segurança Social								
D7.1.1.4	Administração Regional								
D7.1.1.5	Administração Local								
D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	577 251,49 €					577 251,49 €	649 995,74 €	
D7.1.3	Famílias								
D7.1.4	Outras								
D7.2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital								
DA03	Despesa efetiva [5]	36 296 975,20 €					36 296 975,20 €	32 813 673,61 €	
DA04	Despesa não efetiva [6]	855 433,54 €					855 433,54 €	1 363 778,86 €	
D9	Despesa com ativos financeiros								
D10	Despesa com passivos financeiros	855 433,54 €					855 433,54 €	1 363 778,86 €	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	37 152 408,74 €					37 152 408,74 €	34 177 452,47 €	
DOT1	Operações de tesouraria [C]					273 725,95 €	273 725,95 €	505 255,96 €	
DA06	Saldo para a gestão seguinte	-111 177,93 €		8 968 486,57 €		2 792 305,85 €	11 649 614,49 €	9 616 611,31 €	
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-111 177,93 €		8 968 486,57 €			8 857 308,64 €	7 334 756,20 €	
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					2 792 305,85 €	2 792 305,85 €	2 281 855,11 €	
DA09	Saldo global [2] - [5]	-168 626,91 €		2 250 442,60 €			2 081 815,69 €	662 836,59 €	
DA10	Despesa primária	28 590 639,34 €					28 590 639,34 €	25 854 492,89 €	
DA11	Saldo corrente	4 365 616,23 €		433 589,03 €			4 799 205,26 €	5 556 701,16 €	
DA12	Saldo de capital	-4 559 899,18 €		1 816 853,57 €			-2 743 045,61 €	-4 900 101,94 €	
DA13	Saldo primário	-571 097,32 €		2 250 442,60 €			1 679 345,28 €	-157 874,14 €	
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	37 041 230,81 €		8 968 486,57 €			46 009 717,38 €	41 512 208,67 €	
DA15	Despesa total [5] + [6]	37 152 408,74 €					37 152 408,74 €	34 177 452,47 €	

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.



1.2 Demonstração consolidada de Direitos e obrigações por naturezas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZAS							
GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE							
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31.12.2022	31.12.2021	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31.12.2022	31.12.2021
R1	Receita corrente	236 614,87	218 333,43	D1	Despesa corrente	504 639,08	368 350,23
R11	Receita fiscal	92 091,20	91 444,41	D11	Despesas com o pessoal	280,00	3,30
R12	Impostos diretos	551,79		D111	Remunerações Certas e Permanentes	280,00	3,30
R3	Taxas, multas e outras penalidades	91 539,41	91 444,41	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		
R4	Rendimentos de propriedade	15 217,76	10 988,85	D13	Segurança social		
R5	Transferências e subsídios correntes	2 114,63	427,75	D2	Aquisição de bens e serviços	493 906,18	294 155,56
R51	Transferências correntes	8 712,93	8 690,00	D4	Transferências e subsídios correntes	10 416,00	3 204,39
R511	Administrações Públicas		8 690,00	D41	Transferências correntes	10 416,00	3 204,39
R5111	Administração Central - Estado Português		8 690,00	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	10 416,00	3 204,39
R513	Outras	8 712,93		D413	Famílias		
R6	Venda de bens e serviços	118 478,35	106 782,42	D42	Privadas		300,00
R8	Receita de capital	5 046,25	4 098,95	D5	Outras despesas correntes	36,90	70 686,98
	Receita de bens de investimento	5 046,25	4 098,95	D6	Despesa de capital	3 338,00	288 093,48
	Receita efetiva (2)	241 661,12	222 432,38	D61	Aquisição de bens de capital	3 338,00	288 093,48
	Receita não efetiva (3)				Despesa efetiva (5)	507 977,08	656 443,71
	Receita total (4)=(2)+(3)	241 661,12	222 432,38		Despesa não efetiva (6)		
				D10	Despesa com passivos financeiros		
					Despesa total (7)=(5)+(6)	507 977,08	656 443,71

2- Posição Financeira: Balanço consolidado

A variação e estrutura do Balanço Consolidado reparte-se conforme a seguir se demonstra:

Balanço Consolidado							
	2022.12.31	%	2021.12.31	%	Variação	%	
TOTAL DO ATIVO	126 645 130,97	100,00%	122 462 797,87	100,00%	4 182 333,10	83,12%	
Ativo não corrente	111 684 042,98	88,19%	109 598 541,86	89,50%	2 085 501,12	41,45%	
Ativos fixos tangíveis	105 847 222,77	83,58%	103 753 777,04	84,72%	2 093 445,73	41,60%	
Propriedades de investimento	406 520,79	0,32%	421 546,77	0,34%	-15 025,98	-0,30%	
Ativos intangíveis	163 642,03	0,13%	162 043,15	0,13%	1 598,88	0,03%	
Participações financeiras	5 256 863,87	4,15%	5 255 733,15	4,29%	1 130,72	0,02%	
Outros ativos financeiros	9 793,52	0,01%	5 441,75	0,00%	4 351,77	0,09%	
Ativo Corrente	14 961 087,99	11,81%	12 864 256,01	10,50%	2 096 831,98	41,67%	
Inventários	283 467,77	0,22%	261 615,96	0,21%	21 851,81	0,43%	
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	8 712,93	0,01%	8 690,00	0,01%	22,93	0,00%	
Clientes, contribuintes e utentes	992 359,94	0,78%	1 002 815,28	0,82%	-10 455,34	-0,21%	
Estado e outros entes públicos	35 742,82	0,03%	77 903,49	0,06%	-42 160,67	-0,84%	
Outras contas a receber	1 689 891,63	1,33%	1 590 708,37	1,30%	99 183,26	1,97%	
Diferimentos	301 298,41	0,24%	305 911,60	0,25%	-4 613,19	-0,09%	
Caixa e depósitos	11 649 614,49	9,20%	9 616 611,31	7,85%	2 033 003,18	40,40%	

Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado

O total do ativo do Grupo Público do Município de Esposende ascendeu, em 2022, ao montante de €126 645 130,97 (€122 462 797,87 em 2021) o que representa um aumento de aproximadamente 4,2 M€ em relação ao ano transato. Este aumento, é essencialmente justificado pela variação registada nas rubricas de ativos fixos tangíveis e caixa e depósitos, à semelhança do exercício económico de 2021.

O aumento de cerca de 2,1M€ da rubrica de ativos fixos tangíveis resulta essencialmente da entidade consolidante que representa 76,59% desta rubrica do balanço consolidado.

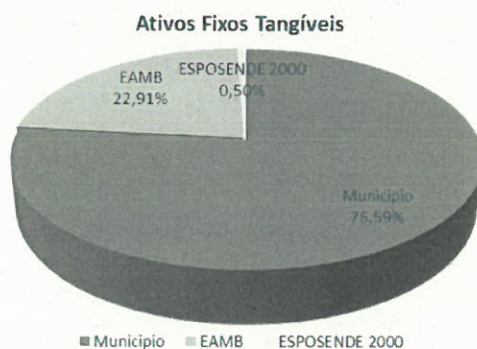


Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis



O aumento de 2,03M€ da rubrica de caixa e depósitos resulta essencialmente da entidade consolidante, em cerca de 1,9 M€, da EAmb, EM em 0,2 M€ e da E2000, EM em - 0,1M€ respetivamente. A entidade consolidante inclui cerca de 2,79 M€ de operações de tesouraria relacionadas com cauções que perfaz um aumento em cerca de 0,51M€ face a 2021.

A estrutura do balanço evidencia que o ativo não corrente, representa cerca de 88,19% do total do Ativo, do qual 83,58% está relacionado com bens móveis e imóveis sendo maioritariamente constituído por bens de domínio público.

O ativo corrente, aumentou cerca de 2,1M€ face a 2021 e representa 11,81% do Ativo, sendo de destacar os meios financeiros com maior liquidez, o caixa e depósitos, no valor de € 11 649 614,49.

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado e passivo consolidado a 31 de dezembro de 2022, face a 31 de dezembro de 2021, é apresentada no quadro infra:

Balanço Consolidado		2022.12.31	%	2021.12.31	%	2020.12.31	%
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		126 645 130,97	100,00%	122 462 797,87	100,00%	4 182 333,10	3,42%
Património Líquido		110 570 144,88	87,31%	107 066 989,60	87,43%	3 503 155,28	2,86%
Património		46 064 588,99	36,37%	46 064 588,99	37,62%	0,00	0,00%
Reservas		25 563 041,67	20,18%	25 563 041,67	20,87%	0,00	0,00%
Resultados transitados		-13 911 788,09	-10,98%	-19 237 112,71	-15,71%	5 325 324,62	4,35%
Ajustamentos em ativos financeiros		323 134,23	0,26%	323 134,23	0,26%	0,00	0,00%
Outras variações no Património Líquido		51 953 977,59	41,02%	51 805 644,89	42,30%	148 332,70	0,12%
Resultado líquido do período		577 190,49	0,46%	2 547 692,53	2,08%	-1 970 502,04	-1,61%
Passivo não corrente		10 171 971,28	8,03%	9 631 545,88	7,86%	540 425,40	0,44%
Provisões		1 603 387,28	1,3%	837 420,00	0,7%	765 967,28	0,6%
Financiamentos obtidos		5 744 096,49	4,5%	6 476 378,96	5,3%	-732 282,47	-0,6%
Passivos por impostos diferidos		34 663,69	0,0%	38 218,21	0,0%	-3 554,52	0,0%
Outras contas a pagar		2 789 823,82	2,2%	2 279 528,71	1,9%	510 295,11	0,4%
Passivo corrente		5 903 014,81	4,66%	5 764 262,39	4,71%	138 752,42	0,11%
Fornecedores		991 919,23	0,8%	1 121 118,68	0,9%	-129 199,45	-0,1%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		43 028,98	0,0%	44 480,07	0,0%	-1 451,09	0,0%
Estado e outros entes públicos		150 492,84	0,1%	111 304,41	0,1%	39 188,43	0,0%
Financiamentos obtidos		957 165,56	0,8%	840 396,31	0,7%	116 769,25	0,1%
Fornecedores de investimentos		0,00	0,0%	233 579,24	0,2%	-233 579,24	-0,2%
Outras contas a pagar		3 117 367,29	2,5%	2 755 903,58	2,3%	361 463,71	0,3%
Diferimentos		643 040,91	0,5%	657 480,10	0,5%	-14 439,19	0,0%
TOTAL PASSIVO		16 074 986,09	12,69%	15 395 808,27	12,57%	679 177,82	0,55%

Quadro 2 – Síntese do Património Líquido e do Passivo consolidados

O património líquido representa 87,31% do total do Património Líquido e do Passivo. As principais rubricas do património líquido são desagregadas em património inicial correspondente a 36,37%, outras variações no património líquido, equivalentes a cerca de 46,99% e o resultado líquido do período corresponde a 0,46%.

Conforme evidenciado no quadro 2, o montante do património líquido consolidado atingiu o montante de € 110 570 144,88, o qual evidencia um aumento de aproximadamente de 3,5 M€ face a 31 de dezembro de 2021.

Este aumento resulta essencialmente dos movimentos abaixo ocorridos no Município de Esposende:

- Da regularização de imóveis (Ativos fixos tangíveis) em cerca de 2,2M€,
- Do reconhecimento de Subsídios concedidos para financiar a aquisição de bens depreciables registado no património em cerca de 1,8M€; e
- Reconhecimento de subsídios da DGAL em cerca de 0,767 mil€.

O total do passivo corresponde a 12,69% do total do património líquido e passivo, dos quais 8,03% correspondem ao passivo não corrente, sendo a rubrica de financiamentos obtidos aquela com maior expressividade, cerca de 4,5%. O passivo corrente representa 4,66%, sendo as rubricas de financiamentos obtidos, total de fornecedores e outras contas a pagar as mais significativas, com 0,8%, 0,8% e 2,5% respetivamente.

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público importa destacar o seguinte:

- O valor refletido na rubrica Estado e outros entes públicos corresponde basicamente a impostos, de 2022, entretanto liquidados em 2023 (CGA, SS e IRS), e à retenção de outros encargos reconhecidos nas contas do Município de Esposende e das suas entidades controladas;
- A dívida a fornecedores de conta corrente e de investimento no final do ano 2022 registavam uma diminuição de aproximadamente 363 mil €, face ao período homólogo. Esta diminuição verificou-se nas três entidades do perímetro de consolidação.
- As outras dívidas a pagar no final do ano 2022 registavam um aumento de aproximadamente 362 mil €, face ao período homólogo, este aumento prende-se essencialmente com remunerações a liquidar resultado da integração do pessoal relacionado com delegação de competências na área da educação no Município de Esposende.

Em termos de estrutura, o Património Líquido e do Passivo representam 87,31% e 12,69% do total do ativo.

O gráfico abaixo mostra a relação proporcional do Balanço consolidado do Grupo Municipal:

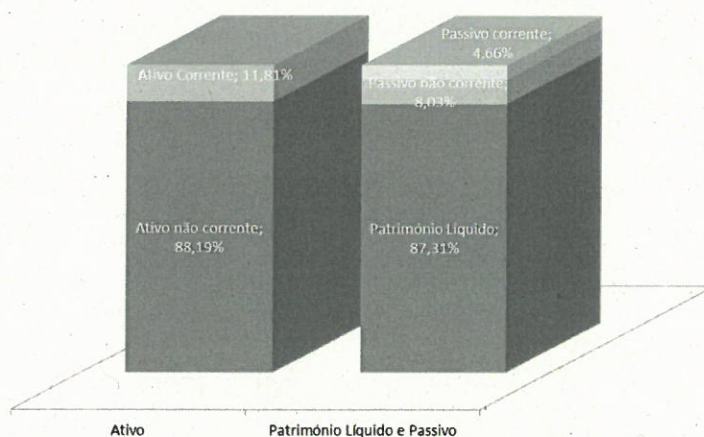


Gráfico 2 – Estrutura do Balanço

3 - Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada

Em 2022, o Grupo Público do Município de Esposende obteve um resultado líquido do período positivo de €577 190,49 (€ 2 547 692,53 em 2021), tendo-se verificado uma diminuição face ao ano anterior, de aproximadamente 1,97M€, conforme apresentado abaixo:

Estrutura de Resultados	2022	2021	Varição	%
Resultados operacionais	691 544,78 €	2 586 987,59 €	1 895 442,81 €	-74,40%
Resultados Financeiros	64 045,03 €	34 393,08 €	29 651,95 €	-1,16%
Resultados antes de Impostos	627 499,75 €	2 552 594,51 €	1 925 094,76 €	-75,56%
Impostos sobre o rendimento	50 309,26 €	4 901,98 €	55 211,24 €	2,17%
Resultado Líquido do Exercício	577 190,49	2 547 692,53	1 970 502,04	-77%

Quadro 3 – Resultados Consolidados

É objetivo maior da Demonstração dos Resultados, aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a diagnosticar a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa. Ao nível financeiro, o Grupo Municipal apresentou, ao longo de 2022 uma performance equilibrada, tendo para tal contribuído o rigor na gestão do mesmo. Nos pontos seguintes ao presente relatório apresenta-se a informação detalhada para os rendimentos e gastos que contribuíram para o resultado líquido do exercício, fazendo-se também a sua comparação com o exercício de 2021.

3.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público do Município de Esposende é apresentada no quadro abaixo, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de €4 471 973,73, face ao período de 2021. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- Ao aumento das rubricas de Impostos, contribuições e taxas em cerca de 2,2M€, Transferências e subsídios correntes obtidos, Prestações de serviços e concessões e vendas em cerca de 2,5M€, 545 mil e 86 mil euros respetivamente e maioritariamente relacionado com a entidade-mãe.
- A diminuição da rubrica outros rendimentos e ganhos em cerca de 839mil euros está maioritariamente relacionado com a entidade-mãe,

Os rendimentos do Grupo Municipal atingiram o valor de 35 291 887,12 (€30 819 913,39 em 2021) sendo na sua maioria provenientes das rubricas de Impostos, contribuições e taxas, 34,75%, Transferências e Subsídios correntes obtidos, 32,57% e Prestações de serviços e concessões, 17,39%, os outros grupos correspondem a 15,29% dos rendimentos totais.

A estrutura de rendimentos do Grupo Público Municipal está assim distribuída:

Estrutura de Rendimentos	2022	%	2021	%	Variação	%
Impostos, contribuições e taxas	12 262 206,76 €	34,75%	10 024 622,45 €	32,53%	2 237 584,31 €	7,26%
Vendas	1 757 200,30 €	4,98%	1 671 055,51 €	5,42%	86 144,79 €	0,28%
Prestações de serviços e concessões	6 138 449,74 €	17,39%	5 592 868,09 €	18,15%	545 581,65 €	1,77%
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 493 778,20 €	32,57%	9 032 296,00 €	29,31%	2 461 482,20 €	7,99%
Trabalhos para a própria entidade	309 772,01 €	0,88%	325 124,35 €	1,05%	15 352,34 €	-0,05%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1 130,72 €	0,00%	206,28 €	0,00%	924,44 €	0,00%
Provisões (aumentos)		0,00%		0,00%	- €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	3 311 013,74 €	9,38%	4 150 395,11 €	13,47%	839 381,37 €	-2,72%
Juros e rendimentos similares obtidos	18 335,65 €	0,05%	23 345,60 €	0,08%	5 009,95 €	-0,02%
TOTAL DE RENDIMENTOS	35 291 887,12	100,00%	30 819 913,39	100,00%	4 471 973,73	14,51%

Quadro 4 - Estrutura de Rendimentos

■ Impostos, contribuições e taxas

■ Vendas

■ Prestações de serviços e concessões

■ Transferências e subsídios correntes obtidos

■ Trabalhos para a própria entidade

■ Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos

■ Outros rendimentos e ganhos

■ Juros e rendimentos similares obtidos

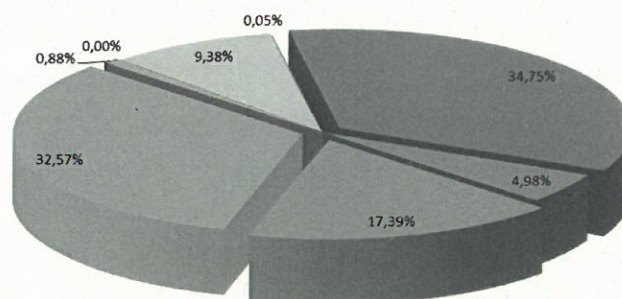


Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2022

3.2. Estrutura dos gastos consolidados

Os gastos do Grupo Municipal atingiram o valor de € 34 664 387,37 (€28 267 318,88 em 2021 e apresentam a seguinte desagregação e variação:

Estrutura de Gastos	2022	%	2021	%	Varição	%
CMVMC	1 786 595,75 €	5,15%	1 840 625,69 €	6,51%	54 029,94 €	-0,19%
Fornecimentos e Serviços Externos	11 564 718,74 €	33,36%	9 083 607,82 €	32,13%	2 481 110,92 €	8,78%
Gastos com o Pessoal	11 062 210,23 €	31,91%	8 473 819,94 €	29,98%	2 588 390,29 €	9,16%
Transferências e subsídios concedidos	3 917 134,20 €	11,30%	3 035 541,64 €	10,74%	881 592,56 €	3,12%
Imparidade de dívidas a receber	32 341,06 €	0,09%	45 490,30 €	0,16%	13 149,24 €	-0,05%
Provisões	765 967,28 €	2,21%	274 320,00 €	0,97%	491 647,28 €	1,74%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outros gastos e perdas	505 841,76 €	1,46%	666 983,33 €	2,36%	161 141,57 €	-0,57%
Gastos / Depreciação e amortização	4 947 197,67 €	14,27%	4 789 191,48 €	16,94%	158 006,19 €	0,56%
Juros e gastos similares suportados	82 380,68 €	0,24%	57 738,68 €	0,20%	24 642,00 €	0,09%
TOTAL DE GASTOS	34 664 387,37 €	100,00%	28 267 318,88 €	100,00%	6 397 068,49 €	22,63%

Quadro 4 - Estrutura de Gastos

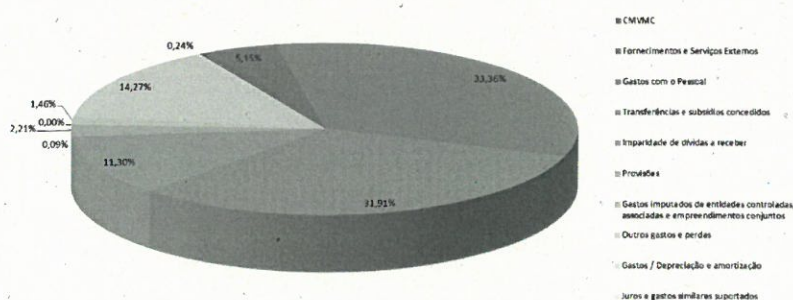
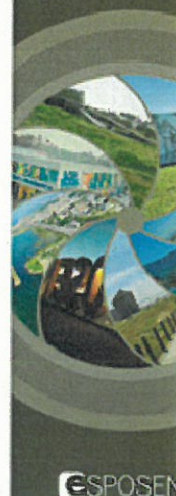


Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2022

V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público Município de Esposende de 2022, comparativamente ao ano transato, sendo de realçar o seguinte:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 126,6M€ (122,5 M€ em 2021);
- O passivo consolidado rondou os 16,1M€ (15,4 M€ em 2021);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 110,6M (107,07 M€ em 2021);
- Os rendimentos consolidados atingiram cerca de 35,3M€ (30,8 M€ em 2021);



- Os gastos consolidados ascenderam a 34,7M€ (28,3 M€ em 2021);
- O resultado líquido consolidado do período representou cerca de 0,58mil€ (2,55 M€ em 2021); e
- O EBITDA do período rondou os 5,6M€ (7,38 M€ em 2021).

Em virtude de se estar perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público Municipal de Esposende, os bens de domínio público representam 18,79% do seu Ativo Total.

De seguida são apresentados os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público do Município de Esposende, com referência a 31 de dezembro de 2022, bem como, a variação dos mesmos, quando comparados com o período homólogo:

INDICADORES			GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2022		GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2021		GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE Variação 2022/2021		
			Montantes	%	Montantes	%	Montantes	%	
SUSTENTABILIDADE A MÍDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Património Líquido	110 570 144,88	687,84%	107 066 989,60	695,43%	3 503 155,28	-7,59%	
		Passivo	16 074 986,09		15 395 808,27		679 177,82		
	Solvabilidade II	Ativo Líquido	126 645 130,97	787,84%	122 462 797,87	795,43%	4 182 333,10	-7,59%	
		Passivo	16 074 986,09		15 395 808,27		679 177,82		
	Autonomia Financeira	Património Líquido	110 570 144,88	87,31%	107 066 989,60	87,43%	3 503 155,28	-0,12%	
		Ativo Líquido	126 645 130,97		122 462 797,87		4 182 333,10		
EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Ativo Corrente	14 961 087,99	253,45%	12 864 256,01	223,17%	2 096 831,98	30,28%	
		Passivo Corrente	5 903 014,81		5 764 262,39		138 752,42		
	Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos	11 649 614,49	197,35%	9 616 611,31	166,83%	2 033 003,18	30,52%	
		Passivo Corrente	5 903 014,81		5 764 262,39		138 752,42		
	ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	16 074 986,09	12,69%	15 395 808,27	12,57%	679 177,82	0,12%
			Ativo Líquido	126 645 130,97		122 462 797,87		4 182 333,10	
Endividamento Não Corrente		Dívidas Não Correntes	5 744 096,49	4,54%	6 476 378,96	5,29%	- 732 282,47	-0,75%	
		Ativo Líquido	126 645 130,97		122 462 797,87		4 182 333,10		
Endividamento Corrente		Passivo Corrente	5 903 014,81	4,66%	5 764 262,39	4,71%	138 752,42	-0,05%	
		Ativo Líquido	126 645 130,97		122 462 797,87		4 182 333,10		

Quadro 5 – Indicadores

Conforme se constata no quadro acima, o Grupo Público Municipal de Esposende apresenta um rácio de autonomia financeira elevado, quando comparado com 2021 há um ligeiríssimo decréscimo, no entanto continua a revelar a não dependência do mesmo face a capitais alheios.

Os rácios de liquidez geral e imediata aumentaram face ao período homólogo, o que permite concluir que aumentou o equilíbrio entre recursos e obrigações correntes e que se traduz na capacidade de o Grupo Público Municipal satisfazer os seus compromissos correntes.

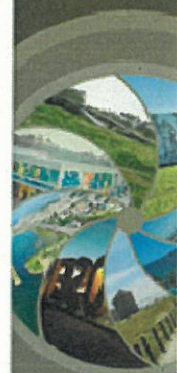
VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas

A separação dos ativos e passivos em correntes e não correntes no balanço proporciona informação útil ao distinguir os ativos líquidos que estão continuamente em movimento como capital corrente, dos usados nas operações de longo prazo, ou seja, não corrente, do Grupo Municipal. Esta separação também evidencia os ativos que se espera realizar dentro do ciclo operacional corrente e passivos que se devem pagar dentro do mesmo período.

1 - Balanço Consolidado

Balanço Consolidado		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		105 847 222,77	103 753 777,04
Propriedades de investimento		406 520,79	421 546,77
Ativos intangíveis		163 642,03	162 043,15
Participações financeiras		5 256 863,87	5 255 733,15
Outros ativos financeiros		9 793,52	5 441,75
Subtotal		111 684 042,98	109 598 541,86
Ativo corrente			
Inventários		283 467,77	261 615,96
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		8 712,93	8 690,00
Clientes, contribuintes e utentes		992 359,94	1 002 815,28
Estado e outros entes públicos		35 742,82	77 903,49
Outras contas a receber		1 689 891,63	1 590 708,37
Diferimentos		301 298,41	305 911,60
Caixa e depósitos		11 649 614,49	9 616 611,31
Subtotal		14 961 087,99	12 864 256,01
Total do ativo		126 645 130,97	122 462 797,87
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Patrimônio Líquido			
Patrimônio		46 064 588,99	46 064 588,99
Reservas		25 563 041,67	25 563 041,67
Resultados Transitados		-13 911 788,09	-19 237 112,71
Ajustamentos em ativos financeiros		323 134,23	323 134,23
Outras variações no Patrimônio Líquido		51 953 977,59	51 805 644,89
Resultado líquido do período		577 190,49	2 547 692,53
Total do patrimônio líquido		110 570 144,88	107 066 989,60
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		1 603 387,28	837 420,00
Financiamentos obtidos		5 744 096,49	6 476 378,96
Passivos por impostos diferidos		34 663,69	38 218,21
Outras contas a pagar		2 789 823,82	2 279 528,71
Subtotal		10 171 971,28	9 631 545,88
Passivo corrente			
Fornecedores		991 919,23	1 121 118,68
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		43 028,98	44 480,07
Estado e outros entes públicos		150 492,84	111 304,41
Financiamentos obtidos		957 165,56	840 396,31
Fornecedores de investimentos		0,00	233 579,24
Outras contas a pagar		3 117 367,29	2 755 903,58
Diferimentos		643 040,91	657 480,10
Subtotal		5 903 014,81	5 764 262,39
Total do Passivo		16 074 986,09	15 395 808,27
Total do patrimônio líquido e do passivo		126 645 130,97	122 462 797,87

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022



2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada

De acordo com a NCP 1, todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período devem ser incluídos na determinação do resultado do período, a menos que uma outra NCP exija de outra forma. Outras NCP exigem que alguns itens (tais como aumentos e diminuições de revalorizações e algumas diferenças cambiais) sejam reconhecidos diretamente como alterações no patrimônio líquido.

Esta demonstração financeira identifica todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período incluídos para a determinação do resultado do período.

Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada			
Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	31/12/2022	31/12/2021
70	Impostos, contribuições e taxas	12 262 206,76	10 024 622,45
71	Vendas	1 757 200,30	1 671 055,51
72	Prestações de serviços e concessões	6 138 449,74	5 592 868,09
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	11 493 778,20	9 032 296,00
73	Variações nos inventários da produção	-	-
74	Trabalhos para a própria entidade	309 772,01	325 124,35
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e	1 130,72	206,28
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 786 595,75	- 1 840 625,69
62	Fornecimentos e serviços externos	- 11 564 718,74	- 9 083 607,82
63	Gastos com pessoal	- 11 062 210,23	- 8 473 819,94
60-603	Transferências e subsídios concedidos	- 3 917 134,20	- 3 035 541,64
603	Prestações sociais	-	-
652-7622	Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-	-
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 32 341,06	- 45 490,30
67-763	Provisões (aumentos/reduções)	- 765 967,28	- 274 320,00
653+657-7623-7627	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
77-66	Aumentos/reduções de justo valor	-	-
78	Outros rendimentos e ganhos	3 311 013,74	4 150 395,11
68	Outros gastos e perdas	- 505 841,76	- 666 983,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 638 742,45	7 376 179,07
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 4 947 197,67	- 4 789 191,48
654+655+656-7624-7625-7626	Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		691 544,78	2 586 987,59
79	Juros e rendimentos similares obtidos	18 335,65	23 345,60
69	Juros e gastos similares suportados	- 82 380,68	- 57 738,68
Resultado antes de impostos		627 499,75	2 552 594,51
812	Impostos sobre o rendimento do período	- 50 309,26	- 4 901,98
Resultado líquido do período		577 190,49	2 547 692,53

Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidada, do período findo em 31 de dezembro de 2022

3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

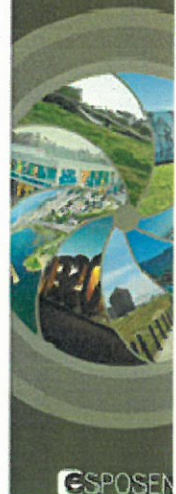
A informação acerca dos fluxos de caixa é útil aos utilizadores das demonstrações financeiras que estão geralmente interessados em saber como é que a entidade gera e usa os seus recursos financeiros. Tal acontece independentemente da natureza das atividades da entidade e do dinheiro poder ser visto como o produto da entidade, como pode ser o caso de uma instituição pública. As entidades precisam de dinheiro geralmente pelas mesmas razões, por muito diferentes que sejam as atividades que constituem a principal fonte de rendimento, necessitando de recursos financeiros para pagar os bens e serviços que consomem, para suportar os custos financeiros da sua dívida e, em alguns casos, para reduzir os seus níveis de dívida.

DFC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)

PERÍODO	CONSOLIDADO	
	ANO	ANO
2022/01/01 - 2022/12/31	2022	2021

Rubricas	Notas	Período 2022	Período 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 795 650,64 €	5 087 225,06 €
Recebimentos de contribuintes		11 707 049,59 €	9 521 658,26 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		11 332 222,82 €	8 516 048,55 €
Recebimentos de utentes		616 435,12 €	564 721,28 €
Pagamentos a fornecedores		-13 840 113,19 €	-10 763 693,39 €
Pagamentos ao pessoal		-10 412 152,46 €	-8 438 187,90 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-4 246 450,23 €	-2 264 061,93 €
Caixa gerada pelas operações		3 952 642,29 €	2 223 709,93 €
Outros recebimentos/pagamentos		-3 784 330,27 €	-2 910 498,55 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		168 312,02 €	-686 788,62 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 987 017,05 €	-1 478 751,86 €
Pagamentos - Investimentos financeiros			-604,99 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento		808 453,47 €	796 789,47 €
Recebimentos - Transferências de capital		2 242 394,66 €	3 933 507,56 €
Juros e rendimentos similares		2 894 964,95 €	2 717,91 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		3 958 796,03 €	3 253 658,09 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos		68 572,52 €	
Investimentos financeiros		1 416,88 €	
Recebimentos - Outras operações de financiamento		18 756,62 €	29 000,00 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-841 694,11 €	
Pagamentos - Juros e gastos similares		-59 335,07 €	-1 347 980,09 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 261 031,79 €	-1 376 718,77 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 033 003,18 €	1 422 758,56 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		9 616 611,31 €	8 389 534,50 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		11 649 614,49 €	9 616 611,31 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 616 611,31 €	8 389 534,50 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		9 616 611,31 €	8 389 534,50 €
SGA De execução orçamental		7 334 756,20 €	6 246 700,16 €
SGA De operações de tesouraria		2 281 855,11 €	2 142 834,34 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2.D	11 649 614,49 €	9 616 611,31 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		11 649 614,49 €	9 616 611,31 €
SGS De execução orçamental		8 857 308,64 €	7 334 756,20 €
SGS De operações de tesouraria		2 792 305,85 €	2 281 855,11 €

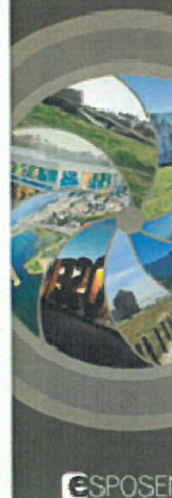
Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2022



4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022

A demonstração consolidada das alterações no património líquido de uma entidade entre duas datas de relato reflete o aumento ou a diminuição nos seus ativos e passivos durante o período. Uma entidade deve apresentar uma demonstração de alterações no património líquido que evidencie: (a) O resultado do período; (b) Os rendimentos e gastos do período que, como exigido por outras Normas, seja reconhecido diretamente no património líquido; (c) O total de rendimentos e de gastos do período (somatório de (a) e (b)), mostrando separadamente as quantias totais atribuíveis aos proprietários da entidade que controla e aos interesses minoritários; e (d) Para cada componente do património líquido separadamente divulgado, os efeitos de alterações em políticas contabilísticas e correções de erros reconhecidos de acordo com a NCP 2 — Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

A demonstração consolidada das alterações no património líquido do grupo público do Município de Esposende para o período de 2022 é a que se segue:





DAPI - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - GRUPO MUNICIPAL

(Município de Esposende - Grupo Municipal)

Período	Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Ajustamento dos Resultados	Sim	Acumulados	Ano
03/01/2021	Visualizar Contas s/ Mov.			2021
31/12/2021				

Designação	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla					Resultado líquido do período	TOTAL	Total do patrimônio líquido
		Capital / Patrimônio subscrito	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no patrimônio líquido			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - REXPRESSO	2.1.10	46.064.586,99 €	25.563.041,67 €	-21.070.322,37 €	331.035,94 €	50.021.637,75 €	1.580.739,08 €	102.690.742,06 €	102.690.742,06 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)			0,00 €	1.833.209,66 €	-7.902,71 €	1.783.987,14 €	-1.580.739,08 €	2.028.555,01 €	2.028.555,01 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização									
Excedentes de revalorização e respetivas variações									
Transferências e subsídios de capital									
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €		0,00 €				
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido				1.833.209,66 €	-7.902,71 €	-2.063.126,66 €	2.547.692,53 €	2.309.872,83 €	2.309.872,83 €
Correção de erros materiais									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)									
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)							2.547.692,53 €	2.547.692,53 €	2.547.692,53 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)							966.953,45 €	966.953,45 €	966.953,45 €
Subscrições de capital/patrimônio									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações									
Subscrições de prémios de emissão									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		46.064.586,99 €	25.563.041,67 €	-19.237.112,71 €	323.134,23 €	51.805.644,89 €	2.547.692,53 €	107.066.980,60 €	107.066.980,60 €

Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2021

Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO - GRUPO MUNICIPAL												
(Município de Espotense - Grupo Municipal)												
Período	Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados	Visualizar Contas s/ Mov.	Acumulados	Designação	Capital / Património subscrito	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
01/01/2022	31/12/2022			POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	46 064 588,99 €	0,00 €	25 563 041,67 €	-19 237 112,71 €	323 134,23 €	51 805 644,89 €	2 547 692,53 €	107 066 989,60 €
				ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)			0,00 €	5 325 324,62 €	0,00 €	148 332,70	-2 547 692,53	2 925 964,79 €
				Ajustamentos de transição de referencial contabilístico				0,00 €				
				Alterações de políticas contabilísticas				0,00 €				
				Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				0,00 €				
				Realização do excedente de revalorização				0,00 €				
				Excedentes de revalorização e respetivas variações				0,00 €				
				Transferências e subsídios de capital			0,00 €			1 414 810,89 €		1 414 810,89 €
				Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			0,00 €	5 325 324,62 €		-599 920,50 €	577 190,49 €	5 302 594,61 €
				Correção de erros materiais				0,00 €		-666 557,69 €		-666 557,69 €
								0,00 €			577 190,49 €	577 190,49 €
				RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)				0,00 €			-1 970 502,04 €	-1 970 502,04 €
				RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)				0,00 €				
				OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)								
				Subscrições de capital/património				0,00 €				
				Entradas para cobertura de perdas				0,00 €				
				Outras operações				0,00 €				
				Subscrições de prémios de emissão								
				POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	46 064 588,99 €	0,00 €	25 563 041,67 €	-13 911 788,09 €	323 134,23 €	51 953 977,59 €	577 190,49 €	110 570 144,88 €

VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As notas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, relativamente às contas consolidadas. As notas cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo as notas omissas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras. Os valores encontram-se expressos em Euros.

1.1. Identificação da entidade, período de relato

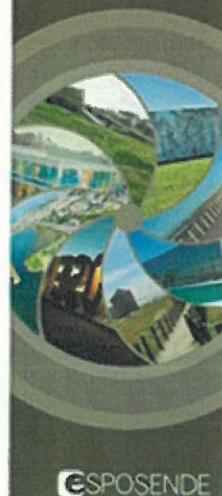
As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas relativas à consolidação de contas para as Administrações Públicas. Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas do Município de Esposende, o Grupo Público do Município de Esposende é constituído pelas participadas identificadas abaixo.

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos		Motivos da Inclusão	Obs.	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido			
Município de Esposende	Rua 1.º de Dezembro 4740 - 223 - Esposende	506 617 599			Entidade - mãe obrigada à elaboração de Contas Consolidadas nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		0%
Esposende 2000 - Actividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Av. Eng.º Arantes de Oliveira 4740 - 204 - Esposende	503 879 614	100 000,00	100%	Municípios que detenham entidades empresariais municipais ou entidade associativa municipal, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro		100%
EAmb - Esposende Ambiente, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Travessa Conde de Agrolongo, n.º 10 4740 - 245 - Esposende	507 068 076	20 250 000,00	100%			100%
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	504639862	2 550,00	49,90%			49,90%

b) Entidades excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos			Motivos da Exclusão	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido	Proporção do Capital detido		
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	Rua do Carmo, 29, 4700 - 309 Braga	508779472					0,00%
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 309 Braga	509401848					0,00%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413					0,00%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435					0,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504				Não se verificam os pressupostos previstos no n.º 6 do art.º 75, da Lei 73/2013, de 3 de setembro	0,00%
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	111 061 732,00	0,91%	1 013 020,00		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	500523738	250 000,00	1%	2 500,00		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	2 500 000,00	4,80%	120 000,00		4,80%
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	508829569	26 100 000,00	15%	3 110 000,00		15,00%
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	650 000 000,00	0,15%	633 096,00		0,15%



O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas no quadro acima, apenas pelas participadas nas quais o Município de Esposende detém controlo (aplicando-se o método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende corresponde ao ano civil de 2022 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022), devendo ser aprovadas até ao final do mês de junho de 2023.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

A. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o GPME, exceto quanto aos requisitos das NCP 6/11/12 e 16 que não foram aplicados porque não se adequam à realidade do GPME. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas e as normas contabilísticas públicas e de relato financeiro, e as normas interpretativas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com o normativo aplicável, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível, e proporcionando divulgações adicionais sempre que as disposições contidas nas NCP possam ser insuficientes para permitir a sua compreensão.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e de acordo com o regime do acréscimo.

Conforme o preconizado no art.º 13º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

B. DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Durante o ano de 2022 não ocorreram derrogações das disposições do SNC-AP que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do GPME encontra-se assegurada.

C. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas. A prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2022 é comparável com a do período homólogo.

D. DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Conta	Descrição	Períodos	
		31.12.2022	31.12.2021
11	Caixa	9 425,58	10 916,66
12	Depósitos à ordem	9 968 234,83	8 436 901,88
13	Outros depósitos	1 671 954,08	1 168 792,77
		11 649 614,49	9 616 611,31

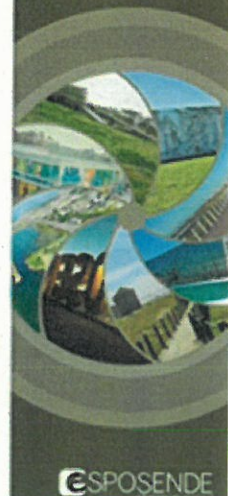
Os outros depósitos estão relacionados com depósitos de garantias e cauções do Município de Esposende.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mãe e das participadas que compõem o Grupo Público do Município de Esposende tendo em consideração as disposições do SNC-AP e SNC¹ respetivamente.

¹ De acordo com o referencial das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado em 01.01.2016 é a Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que alterou os Decretos-Leis n. os 158/2009, de 13 de julho, e 36-A/2011, de 9 de março.



Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Órgão executivo foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso. O Órgão executivo do Município de Esposende entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCP as políticas contabilísticas adotadas pelo GPME foram as seguintes:

2.1.1. Pressuposto da continuidade

De acordo com o pressuposto da continuidade, o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 deve ser efetuada no pressuposto da continuidade das operações e não espera impactos significativos nos próximos 12 meses que justifiquem a adoção de outra base contabilística.

2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

2.1.3. Consistência da apresentação

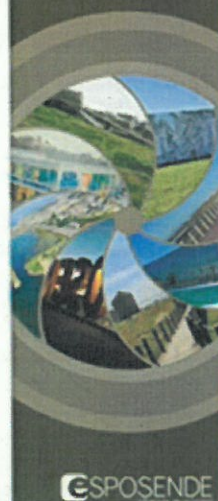
A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes ao longo dos períodos.

2.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na fase das demonstrações financeiras consolidadas pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

2.1.5. Compensação



Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

2.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo GPME no exercício de 2022 foram consistentes com os aplicados pelo grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Assim, a prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2022 é comparável com a do período homólogo.

2.1.7. Classificação de Balanço Consolidado

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço consolidado são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.1.8. Principais estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Órgão executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao impacto nos gastos e rendimentos reais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 incluem análises de imparidade, remunerações a liquidar, ajustamentos aos valores do ativo e provisões.

2.1.9. Acontecimentos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.



2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP 3, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

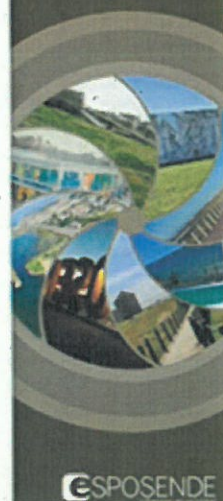
O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubrica	31.12.2022			31.12.2021		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada
Projetos de desenvolvimento	321 875,83	252 628,28	69 247,55	321 875,83	236 648,12	85 227,71
Programas de computador e sistemas de informação	537 150,53	446 033,30	91 117,23	457 765,03	384 226,84	73 538,19
Propriedade industrial e intelectual	3 277,25		3 277,25	3 277,25		3 277,25
total	862 303,61	698 661,58	163 642,03	782 918,11	620 874,96	162 043,15

3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2022				Grupo Público do Município de Esposende 2021			
	Quantia escriturada inicial do período	Adições	Amortizações do período	Quantia escriturada final do período	Quantia escriturada inicial do período	Adições	Amortizações do período	Quantia escriturada final do período
Projetos de desenvolvimento	85 227,71		-15 980,16	69 247,55	103 501,79		-15 979,08	87 522,71
Programas de computador e sistemas de informação	73 538,19	79 385,50	-61 806,46	91 117,23	54 603,83	117 987,55	-101 348,19	71 243,19
Propriedade industrial e intelectual	3 277,26			3 277,26	3 277,25			3 277,25
total	162 043,16	79 385,50	-77 786,62	163 642,04	161 382,87	117 987,55	-117 327,27	162 043,15



3.2.A. Ativos intangíveis – adições

Rubrica	Adições Consolidado 2022			Adições Consolidado 2021		
	Compra	Reclassificações	Total	Compra	Reclassificações	Total
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação	79 385,50		79 385,50	117 987,55		117 987,55
Propriedade industrial e intelectual						
total	79 385,50	0,00	79 385,50	117 987,55	0,00	117 987,55

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO

Existe um acordo de exploração de concessão de distribuição de eletricidade com a entidade EDP Distribuição - Energia, S.A..

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Infraestruturas elétricas

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

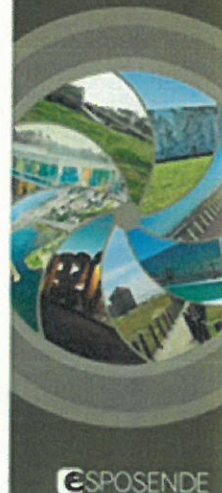
Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, sendo de registar que o gasto de depreciação dos ativos iniciou quando estes ficaram disponíveis para uso e cessa quando os ativos são desreconhecidos. Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos tangíveis fixos tangíveis adquiridos numa transação sem contraprestação (não inclui imóveis) foram mensurados ao valor de mercado.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, de acordo com o CC2 que constitui anexo ao SNC-AP.

Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público do Município de Esposende, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubrica	31.12.2022			31.12.2021		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	63 255 785,12	39 464 046,76	23 791 738,36	60 043 069,07	37 267 495,97	22 775 573,10
Terrenos e recursos naturais	16 007 584,46	-	16 007 584,46	15 401 871,45	-	15 401 871,45
Edifícios e outras construções	40 645 197,21	14 811 295,04	25 833 902,17	39 279 926,89	13 889 103,04	25 390 823,85
Equipamento básico	57 201 411,31	37 072 862,09	20 128 549,22	56 374 560,77	35 667 128,60	20 707 432,17
Equipamento de transporte	2 264 818,78	1 952 229,82	312 588,96	2 216 178,56	1 889 187,31	326 991,25
Equipamento administrativo	4 833 445,02	4 210 463,52	622 981,50	4 535 265,78	4 080 888,33	454 377,45
Outros ativos fixos tangíveis	1 800 887,48	1 547 809,08	253 078,40	1 699 324,27	1 491 779,26	207 545,01
Investimentos em Curso	18 896 799,70	-	18 896 799,70	18 489 162,76	-	18 489 162,76
total	204 905 929,08	99 058 706,31	105 847 222,77	198 039 359,55	94 285 582,51	103 753 777,04

5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2022					Grupo Público do Município de Esposende 2021				
	Variações	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final Consolidada	Variações	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final Consolidada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	22 775 835,54	3 313 270,55	-100 554,50	-2 196 793,23	23 791 738,36	22 775 835,54	950 726,13	-2 238 508,47	-2 238 508,47	22 775 835,54
Terrenos e recursos naturais	15 401 871,45	3 223 656,42	-2 637 943,41	-	16 007 584,46	15 401 871,45	557 210,90	-441 002,50	-	15 401 871,45
Edifícios e outras construções	25 389 668,75	1 904 749,38	-469 467,79	-1 001 670,08	25 833 902,17	25 389 668,75	28 025 890,67	-610 987,20	-791 415,82	25 389 668,75
Equipamento básico	20 708 366,37	701 670,45	-50 540,22	-1 407 014,09	20 003 022,73	20 708 366,37	697 494,98	-1 365 277,63	-	20 708 366,37
Equipamento de transporte	326 991,25	50 540,22	-	-63 042,51	314 488,96	326 991,25	15 350,01	-442,72	-61 757,62	326 991,25
Equipamento administrativo	454 355,91	298 637,41	-458,17	-130 539,76	621 995,39	454 355,91	214 961,88	-147 191,27	-	454 355,91
Outros ativos fixos tangíveis	207 545,01	101 563,21	-55 325,40	-253 782,82	253 782,82	207 545,01	26 209,94	-52 683,42	-	207 545,01
Investimentos em Curso	18 489 162,76	542 167,03	-	-	19 031 329,79	18 489 162,76	7 399 078,92	-1 684 861,15	-	18 489 162,76
total	105 753 777,04	10 136 254,67	-3 188 423,87	-4 854 585,07	105 847 222,77	105 753 777,04	10 472 019,96	-2 371 936,41	-4 656 838,23	105 753 777,04

5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições

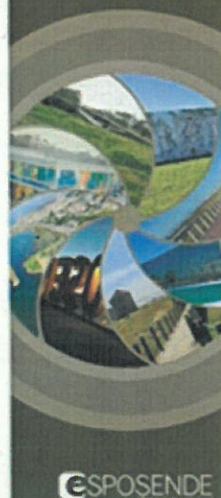
Rubrica	Adições Consolidadas 2022			Adições Consolidadas 2021		
	Compra	Reclassificações	Total Consolidado	Compra	Reclassificações	Total Consolidado
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	2 963 338,00	349 932,55	3 313 270,55	950 726,13	-	950 726,13
Terrenos e recursos naturais	1 811 311,31	1 412 345,11	3 223 656,42	557 210,90	-	557 210,90
Edifícios e outras construções	1 183 628,47	721 120,91	1 904 749,38	610 987,20	-	610 987,20
Equipamento básico	701 670,45	-	701 670,45	697 494,98	-	697 494,98
Equipamento de transporte	50 540,22	-	50 540,22	15 350,01	-	15 350,01
Equipamento administrativo	298 637,41	-	298 637,41	214 961,88	-	214 961,88
Outros ativos fixos tangíveis	101 563,21	-	101 563,21	26 209,94	-	26 209,94
Investimentos em Curso	542 167,03	-	542 167,03	7 399 078,92	-	7 399 078,92
total	7 652 856,10	2 483 398,57	10 136 254,67	10 472 019,96	0,00	10 472 019,96

5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubrica	Diminuições Consolidadas 2022					Diminuições Consolidadas 2021				
	Alienações	Reclassificações	Abates	Regularizações	Total Consolidado	Alienações	Reclassificações	Abates	Regularizações	Total Consolidado
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-100 554,50	-	-100 554,50	-	-	-	-10 730,45	-10 730,45
Terrenos e recursos naturais	-356 828,10	-	-2 261 115,31	-	-2 617 943,41	-	-	-	-2 751 157,89	-2 751 157,89
Edifícios e outras construções	-250 729,06	-	-219 196,90	-	-469 925,96	-1 995,00	-	-30 778,00	-363 885,06	-582 418,81
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-134 910,34	-	-134 910,34
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
total	-607 557,16	0,00	-2 580 866,71	0,00	-3 188 423,87	-1 434 872,20	-	-165 688,34	-2 991 805,74	-3 691 566,28

NOTA 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2022	Capital em dívida em 31-12-2021	Data de vencimento
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n. 0288 001207 9.91	181 758,92 €	4 098,56 €	12 295,67 €	16/03/2023
		CGD - Emp. n. 0288 001279 7.91	56 445,97 €	2 471,40 €	4 942,79 €	10/12/2023
		CGD - Emp. n. 9015 002735 3.91	241 243,60 €	53 996,76 €	64 795,84 €	17/05/2027
	Santander Totta	TOTTA - Emp. n. 003 00781376096	656 448,00 €	86 374,65 €	120 924,55 €	15/12/2024
		TOTTA - Emp. n. 003 04183975096	934 000,00 €	267 333,28 €	295 111,06 €	29/02/2028
		CA - POLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	839 884,66 €	950 248,58 €	19/03/2030
Esposende 2000, EM	Crédito Agrícola	Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 722 222,24 €	2 916 666,68 €	03/08/2036
		Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase	2 095 000,00 €	1 986 179,20 €	1 759 998,31 €	09/03/2042
	Caixa Geral de Depósitos	Conta Corrente Caucionada	150 000,00 €	-	-	02/12/2026
	Crédito Agrícola	MLP	250 000,00 €	200 697,38 €	250 000,00 €	19/05/2021
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos	9015006156991	5 000 000,00 €	518 928,70 €	929 156,31 €	09/03/2024
		Millennium BCP - Locação	-	19 075,22 €	-	07/12/2026
Total			21 562 097,10 €	6 701 262,05 €	7 316 775,27 €	



NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De acordo com a NCP1, teria que ser divulgado o justo valor das propriedades de investimento. Até ao final da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, não foi possível apurar com fiabilidade o respetivo justo valor.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

8.1. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor

Rubrica	31.12.2022			31.12.2021		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada
Terrenos e recursos naturais	32 920,66		32 920,66	32 920,66		32 920,66
Edifícios e outras construções	751 302,77	377 702,64	373 600,13	751 302,77	362 676,66	388 626,11
total	784 223,43	377 702,64	406 520,79	784 223,43	362 676,66	421 546,77

8.2. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor – quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2022					Grupo Público do Município de Esposende 2021				
	Quantia escriturada inicial Consolidada	Adições Consolidadas	Diminuições Consolidadas	Depreciações do período Consolidadas	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	Adições Consolidadas	Diminuições Consolidadas	Depreciações do período Consolidadas	Quantia escriturada final Consolidada
Terrenos e recursos naturais	32 920,66				32 920,66	32 920,66				32 920,66
Edifícios e outras construções	388 626,11			-15 025,98	373 600,13	520 933,73		-117 281,64	-15 025,98	388 626,11
total	421 546,77	0,00	0,00	-15 025,98	406 520,79	553 854,39	0,00	-117 281,64	-15 025,98	421 546,77

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Rubrica	Ano 2022				Ano 2021			
	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada
Imparidades de clientes, contribui	711 319,87	32 435,41	94,35	743 660,93	665 829,57	46 038,84	548,54	711 319,87
total	711 319,87	32 435,41	94,35	743 660,93	665 829,57	46 038,84	548,54	711 319,87

A reversão do período ocorreu por força do recebimento, no que se refere ao reforço, este está relacionado com o risco de incobrabilidade associado às dívidas de Cliente, sendo assim contabilizada e constituída a imparidade para o exercício de 2022 no grupo público municipal.

NOTA 10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários de vender. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação, são mensurados pelo justo valor à data de aquisição. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio utilizado foi o custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1. Inventários

Rubrica	Consolidado 2022			Consolidado 2021		
	31.12.2022			31.12.2021		
	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada
Merchandises	69 189,05		69 189,05	55 299,99		55 299,99
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	214 278,72		214 278,72	206 315,97		206 315,97
Total	283 467,77	0,00	283 467,77	261 615,96	0,00	261 615,96

10.2. Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Consolidado 2022					Consolidado 2021				
	Quantia escriturada Inicial Consolidada	Movimentos do período 31.12.2022			Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada Inicial Consolidada	Movimentos do período 31.12.2021			Quantia escriturada final Consolidada
		compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções			compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	
Merchandises	54 247,66	1 450 031,98	-1 433 188,53	-70,00	71 021,11	54 715,56	1 397 198,94	-1 396 544,51	-70,00	55 299,99
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	206 315,97	352 612,45	-343 734,66	-915,04	214 278,72	243 393,40	408 026,26	-444 051,18	-1 052,51	206 315,97
Total	260 563,63	1 802 644,43	-1 776 923,19	-985,04	285 299,83	298 108,96	1 805 225,20	-1 840 595,69	-1 122,51	261 615,96

O CMVM apurado em 2022 foi de 1.786.595,75€ e em 2021 de 1.840.625,69.

NOTA 13: RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica de rendimentos a reconhecer, sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

Foram considerados rendimentos com contraprestação oriundos das vendas e prestações de serviços:

	Rendimento do Ano 2022	Rendimento do Ano 2021
Rubrica	Consolidado	Consolidado
Taxas, multas e outras penalidades	621 232,06	560 865,97
Mercados e feiras	58 224,65	49 219,01
Loteamentos e obras	452 273,17	419 018,49
Licença sobre o ruído	280,50	31,50
Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação (TDFTH)	315,00	210,00
Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	545,97	657,47
Outras	41 477,94	34 353,18
Multas e outras penalidades	68 114,83	57 376,32
VENDAS	1 757 200,30	1 671 055,51
Mercadorias e Bens	39 390,25	16 039,25
Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda	320,73	101,48
Água de Consumo Humano	1 716 309,52	1 654 048,38
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1 179,80	866,40
Prestação de Serviços	6 138 449,74	5 592 868,09
Resíduos Sólidos	1 532 118,96	1 520 152,12
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	11 136,21	5 224,42
Serviços Desporto	21 405,50	1 105,00
Outros	14 829,46	3 424,01
Vistorias e ensaios	9 340,00	10 426,00
Aluguer de Espaços	21 996,86	17 561,81
Prestação de Serviços de água e Saneamento	3 772 862,71	3 680 879,69
Serviços desportivos e recreativos	746 042,79	346 052,34
Outras prestações de serviços	8 717,25	8 042,70
Alienações	259 475,86	348 573,28
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	259 475,86	348 573,28
Rendas em propriedades de investimento	833 370,94	813 655,38
Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)	754 839,36	740 869,48
Outros	10 191,26	4 300,00
Edifícios e outras construções	68 340,32	68 485,90
Outros rendimentos e ganhos	47 790,20	35 216,83
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	18 335,65	23 345,60
total	9 675 854,75	9 045 580,66

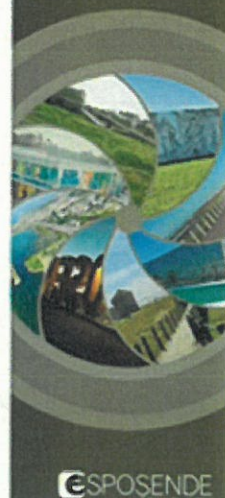
NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Assim, satisfeita uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação, é reduzida a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

O reconhecimento de um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação, reconhece o respetivo rendimento. Se tiver sido reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, quando o passivo for subsequentemente reduzido o rendimento é reconhecido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido como um passivo nem como um rendimento.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

Handwritten signature



Rubrica	Rendimento do Ano 2022	Rendimento do Ano 2021
	Consolidado	Consolidado
Impostos diretos	5 917 961,83	5 746 623,77
Imposto municipal sobre imóveis	4 802 466,14	4 728 582,16
Imposto único de circulação	1 108 324,98	1 016 951,29
Outros		
Impostos indiretos	5 723 012,87	3 717 132,71
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	1 825 264,16	462 212,02
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	3 897 748,71	3 254 920,69
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 493 778,20	9 032 296,00
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4 456 697,00	4 859 582,00
Fundo Social Municipal (FSM)	1 253 696,00	842 214,00
Participação no IRS	1 605 091,00	1 505 988,00
Transferências Competências Educação- Lei n.º50/2018		
Participação do IVA	145 237,48	172 193,66
Outras	481 127,43	681 270,28
Serviços e Fundos Autónomos	42 089,09	48 884,60
Empresas Locais	58 231,10	
Instituições sem fins lucrativos		5 987,00
FEDER	152 956,38	388 225,48
Outras	340 428,70	527 947,23
Sociedades e quase sociedades não financeiras	579,12	3,75
Contratos Programa		
Reversões	0,00	0,00
De provisões	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	309 772,01	325 124,35
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 123 895,26	2 900 995,66
Outros Rendimentos e ganhos	46 481,48	51 953,96
Aplicação do método de equivalência patrimonial	1 130,72	206,28
total	25 616 032,37	21 774 332,73

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo GPME, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para € 1 603 387,28 que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos. Estão no quadro abaixo refletidos os movimentos do GPME relativos a provisões:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Ano 2022		Quantia escriturada final	Quantia escriturada a inicial	Ano 2021		Total dos aumentos	Total das diminuições	Quantia escriturada final
		Aumentos	Diminuições			Aumentos	Diminuições			
Processos judiciais em curso	837 420,00	765 967,28	765 967,28	1 603 387,28	563 100,00	274 320,00		274 320,00		837 420,00
total	837 420,00	765 967,28	765 967,28	0,00	1 603 387,28	563 100,00	274 320,00	0,00	0,00	837 420,00

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram emitidas para a aprovação em 30 de maio de 2023, pelo órgão executivo do Município de Esposende. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2022 estão pendentes de aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal). No entanto, o Órgão Executivo do Município entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.



Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.1.1. "Pressuposto da continuidade" o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e os principais pressupostos relativos ao futuro, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos			Motivos da Exclusão	Controlo Final %
			Capital Subscrito	% de Capital Detido	Proporção do Capital detido		
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM do Cávado)	Rua do Carmo, 29, 4700-309 Braga	508779472					0,00%
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700-309 Braga	509401848					0,00%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413					0,00%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435				Não se verificam os pressupostos previstos no nº. 6 do artº 75, da Lei 73/2013, de 3 de setembro	0,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504					0,00%
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	111 061 732,00	0,91%	1 013 020,00		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	500523738	250 000,00	1%	2 500,00		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	2 500 000,00	4,80%	120 000,00		4,80%
Pólis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	508829569	26 100 000,00	15%	3 110 000,00		15,00%
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	650 000 000,00	0,15%	633 096,00		0,15%

NOTA 19- BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

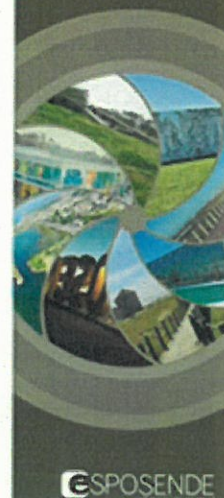
O GPME atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ausências permitidas a curto prazo e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 01 de janeiro de cada ano e reporta ao trabalho prestado no ano civil anterior.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

O número total de trabalhadores ao serviço do GPME no final de cada exercício é o seguinte:



Categoria	N.º funcionários											
	Município de Esposende			Esposende 2000, EM			Esposende Ambiente, EM			GPME		
	2021	2022	N.º Médio	2021	2022	N.º Médio	2021	2022	N.º Médio	2021	2022	N.º Médio
Dirigente Superior	0	0	0	1	1	1	1	1	1	2	2	2
Dirigente Intermédio	4	4	4	1	1	1	4	4	4	9	9	9
Carreiras Gerais - Técnico Superior	70	71	71	1	2	2	18	18	18	89	91	90
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	68	90	79	1	1	1	12	11	12	81	102	92
Carreiras Gerais - Assistente Operacionais	64	230	147	4	4	4	66	66	66	134	300	217
Informática	5	5	5	0	0	0	2	3	3	7	8	8
Auxiliar de Limpeza	0	0	0	8	9	9	0	0	0	8	9	9
Nadador Salvador	0	0	0	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Rececionista	0	0	0	5	5	5	0	0	0	5	5	5
Outros	10	9	10	11	11	11	0	0	0	21	20	21
Total	221	409	315	35	37	36	103	103	103	359	549	454

Descrição	Consolidado	Consolidado
	Ano 2022	Ano 2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	268 218,76	224 936,70
Conselho de Administração	123 398,25	122 107,55
Remunerações certas e permanentes	7 974 832,02	6 006 415,05
Abonos variáveis ou eventuais	164 217,78	117 178,23
Pensões	0,00	0,00
Indeminizações	405,30	1 282,85
Encargos sobre remunerações	1 892 013,64	1 427 434,01
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	120 557,94	54 643,53
Outros gastos com o pessoal	308 102,71	364 057,33
Outros encargos sociais	210 463,83	155 764,69
	11 062 210,23	8 473 819,94

NOTA 20- DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e o Município de Esposende, divulga-se de seguida, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Listagem de entidades controladas

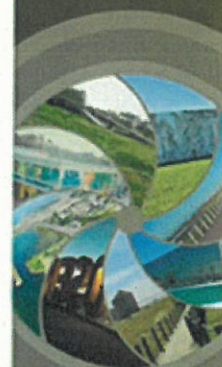
Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100,00%		100,00%
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	100,00%		100,00%

Listagem de entidades associadas

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	49,90%		49,90%

Listagem de outras entidades relacionadas

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700-3 09 Braga	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700-3 09 Braga	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	0,32%		0,32%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	0,15%		0,15%
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	4,80%		4,80%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			0,00%
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	15,00%		15,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			0,00%



Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações entre partes relacionadas.

Transações entre o Município de Esposende e as participadas						
Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Entidade Controlada	Contratos Programa (Transferências)	231 768,90	4,38%	17 411,40	Pagamento a 90 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	FSE	77 644,60	0,83%	0,00	Pagamento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências obtidas (Pessoal)	21 693,08	0,27%	0,00	Recebimento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências concedidas (Contratos Programa)	1 088 698,18	20,56%		Pagamento a 30 dias

Transações entre a participada EAMB e ESPOSENDE 2000						
Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Partes relacionadas	FSE	14 070,76	0,83%	1 479,00	Pagamento a 30 dias

Fluxos Grupo Público Município de Esposende										
Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende Ambiente, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
RO - ADSE	0,00	21 693,08		21 693,08	0,00	0,00	21 693,08		21 693,08	0,00
Total	0,00	21 693,08	0,00	21 693,08	0,00	0,00	21 693,08	0,00	21 693,08	0,00

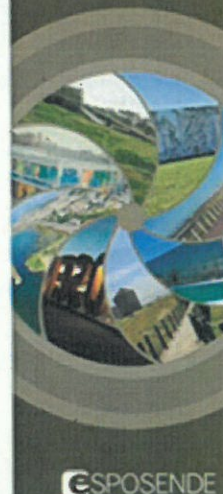
Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos EAMB - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	0,00	77 644,60		77 644,60	0,00	0,00	77 644,60	0,00	77 644,60	0,00
Contratos programa	0,00	1 088 698,18		1 088 698,18	0,00	0,00	1 088 698,18		1 088 698,18	0,00
Total	0,00	1 166 342,78	0,00	1 166 342,78	0,00	0,00	1 166 342,78	0,00	1 166 342,78	0,00

Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM / Município de Esposende									
	Obrigações/Pagamentos Esposende Ambiente, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
TV e TF de Resíduos Sólidos Urbanos	969 867,70	1 092 346,46		969 867,70	1 092 346,46	969 867,70	1 092 346,46	0,00	969 867,70	1 092 346,46
Total	969 867,70	1 092 346,46	0,00	969 867,70	1 092 346,46	969 867,70	1 092 346,46	0,00	969 867,70	1 092 346,46

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos Esposende 2000, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Contrato Programa		290 000,00		290 000,00	0,00	-58 231,10	307 411,40		231 768,90	17 411,40
Total	0,00	290 000,00	0,00	290 000,00	0,00	-58 231,10	307 411,40	0,00	231 768,90	17 411,40

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Acerto Contrato Programa Ano 2021		58 231,10		58 231,10	0,00		58 231,10		58 231,10	0,00
Total	0,00	58 231,10	0,00	58 231,10	0,00	0,00	58 231,10	0,00	58 231,10	0,00

Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos EAMB - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	1 591,50	20 991,72		21 104,22	1 479,00	1 591,50	20 991,72		21 104,22	1 479,00
Total	1 591,50	20 991,72	0,00	21 104,22	1 479,00	1 591,50	20 991,72	0,00	21 104,22	1 479,00



22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, foram os seguintes:

- Como entidades controladas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende está exposto ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais o Município de Esposende detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.
- Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público do Município de Esposende pela aplicação do método de consolidação integral, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam, o que tendo em conta a percentagem de participação destas entidades (100%) o mesmo não se aplica.
- Como entidades associadas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando o Município de Esposende detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.
- Estas entidades foram incluídas na consolidação pela aplicação do **método da equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota-parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.



22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público do Município de Esposende elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARTICIPAÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO / FUNDO	RESULTADO LÍQUIDO	
		%		Valor	Ano
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100,00%	296 888,35	-204 441,55	2022
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	100,00%	22 459 724,67	187 983,88	2022
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740- 335 Fão	49,90%	758 011,75	2 265,98	2022

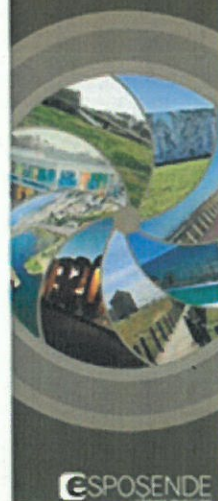
22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, o Município de Esposende não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato, ou seja, (de 01/01/2022 a 31/12/2022).

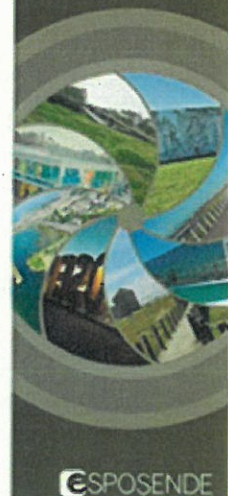


22.8 Interesse detido por entidades que controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

Resumo da posição financeira das entidades controladas

	EAMB	Esposende 2000
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	24 252 454,87	527 263,56
Propriedades de investimento		
Ativos intangíveis	15 493,87	17 640,63
Participações financeiras		
Outros ativos financeiros		4 747,27
Subtotal	24 267 948,74	549 651,46
Ativo corrente		
Inventários	160 484,91	249,14
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Clientes, contribuintes e utentes	836 737,85	30 371,79
Estado e outros entes públicos	28 220,41	4 262,10
Outras contas a receber	188 404,45	27 505,18
Diferimentos	48 637,21	3 168,18
Caixa e depósitos	631 679,19	220 849,74
Subtotal	1 894 164,02	286 406,13
Total do ativo	26 162 112,76	836 057,59
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património Líquido		
Património	20 250 000,00	100 000,00
Reservas	99 417,97	225 238,67
Resultados Transitados	-318 262,03	1 058,30
Ajustamentos em ativos financeiros		
Outras variações no Património Líquido	2 240 584,85	175 032,93
Resultado líquido do período	187 983,88	-204 441,55
Total do património líquido	22 459 724,67	296 888,35
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões		
Financiamentos obtidos	118 935,94	151 048,47
Passivos por impostos diferidos		34 663,69
Outras contas a pagar		
Subtotal	118 935,94	185 712,16
Passivo corrente		
Fornecedores	107 318,39	80 537,04
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	41 607,96	
Estado e outros entes públicos	128 139,02	22 282,54
Financiamentos obtidos	419 067,98	49 648,91
Fornecedores de investimentos		
Outras contas a pagar	2 244 277,89	200 988,59
Diferimentos	643 040,91	0,00
Subtotal	3 583 452,15	353 457,08
Total do Passivo	3 702 388,09	539 169,24
Total do património Líquido e do passivo	26 162 112,76	836 057,59



Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas

Demonstração dos Resultados			
Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	EAMB	Esposende 2000
70	Impostos, contribuições e taxas		
71	Vendas	1 779 792,52	33 610,67
72	Prestações de serviços e concessões	3 816 817,55	746 042,79
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	1 097 785,71	324 029,89
73	Variações nos inventários da produção		
74	Trabalhos para a própria entidade	309 772,01	
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas		
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 520 003,50	- 19 024,32
62	Fornecimentos e serviços externos	- 1 699 225,70	- 659 907,28
63	Gastos com pessoal	- 2 337 784,00	- 626 360,98
60-603	Transferências e subsídios concedidos		
603	Prestações sociais		
652-7622	Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 31 622,40	- 813,01
67-763	Provisões (aumentos/reduções)		
653+657-7623-7627	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
77-66	Aumentos/reduções de justo valor		
78	Outros rendimentos e ganhos	132 321,78	62 813,76
68	Outros gastos e perdas	- 30 880,41	- 2 602,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 516 973,56	-142 211,47
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 1 265 807,95	- 62 333,82
654+655+656-7624-7625-7626	Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		251 165,61	-204 545,29
79	Juros e rendimentos similares obtidos	959,48	11,22
69	Juros e gastos similares suportados	- 12 132,11	- 1 607,32
Resultado antes de impostos		239 992,98	-206 141,39
812	Impostos sobre o rendimento do período	- 52 009,10	1 699,84
Resultado líquido do período		187 983,88	-204 441,55

22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

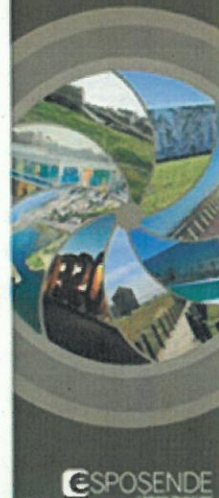
22.18. Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2022, o Município de Esposende tinha interesse na associada identificada de seguida.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	49,90%		49,90%

A entidade associada foi incluída nas contas consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, através da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Designação	% de Participação	Valor de aquisição	Património líquido (2022)	Resultado Líquido do	Valor da participação ao
Zendensino, CIPRL	49,90%	2 550,00	758 011,75	2 265,98	378 247,86



22.19. Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato (de 01/01/2022 a 31/12/2022).

22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis

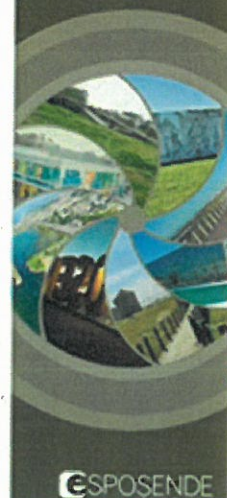
A 31/12/2022 o Município de Esposende tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa no quadro infra.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	0,32%		0,32%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	0,15%		0,15%
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	4,80%		4,80%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			0,00%
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	15,00%		15,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			0,00%

Outras Divulgações

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas do Município de Esposende, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público do Município de Esposende foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 para o caso do Município de Esposende. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos utilizados pelo Grupo Público do Município de Esposende, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.



Decorrente do facto de no período de relato o Município de Esposende adotar o SNC-AP, e as entidades incluídas no perímetro de consolidação adotarem os normativos do SNC, dispensou qualquer necessidade de se proceder a alguns ajustamentos prévios à consolidação nas suas participadas.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, o Município de Esposende procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no capital próprio verificado na entidade associada, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Rendimentos: €1 130,72 (Zendensino, CIPRL).

NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes e outros terceiros e as dívidas a fornecedores e a outros terceiros que não vencem juros são registados pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor. De seguida apresenta-se o detalhe das contas a receber e a pagar:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Outras contas a receber		
Juros a receber e outros rendimentos	1 391,66	2 783,34
Outros acréscimos de rendimentos	991 504,75	927 422,06
Outros devedores	6 099,75	5 700,00
Devedores por alienação de ativos fixos	447 727,55	427 719,47
Outros	230 167,92	214 083,50
Cauções - Entregues a terceiros	13 000,00	13 000,00
	1 689 891,63	1 590 708,37

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	244 190,16	218 616,67
Remunerações a liquidar	1 512 460,61	1 043 409,84
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	218,10	380,81
Outros acréscimos de gastos	40 894,82	225 757,75
Credores por subscrições não liberadas	313 020,00	313 020,00
Cauções	122 661,27	126 574,42
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento	706 497,72	738 507,58
Outros Credores	177 424,61	89 636,51
	3 117 367,29	2 755 903,58

Nota 23.2 – Informações relativas ao Endividamento

- a) Descrição do endividamento consolidado não corrente, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

2021	Código/ designação das contas	Dívidas a terceiros Não Corrente				Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo Público consolidado
		Município de Esposende	Esposende 2000 EM	Esposende Ambiente EM	Total		
	1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5+6
	25 - Empréstimos Não Corrente	5 708 428,25 €	517 950,71 €	250 000,00 €	6 476 378,96 €		6 476 378,96 €
	Total	5 708 428,25 €	517 950,71 €	250 000,00 €	6 476 378,96 €		6 476 378,96 €

2022	Código/ designação das contas	Dívidas a terceiros Não Corrente				Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo Público consolidado
		Município de Esposende	Esposende 2000 EM	Esposende Ambiente EM	Total		
	1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5+6
	25 - Empréstimos Não Corrente	5 474 112,08 €	151 048,47 €	118 935,94 €	5 744 096,49 €		5 744 096,49 €
	Total	5 474 112,08 €	151 048,47 €	118 935,94 €	5 744 096,49 €		5 744 096,49 €

Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado (corrente e não corrente) e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do Balanço, desagregado por entidade e por rubrica do balanço consolidado.

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2022	Capital em dívida em 31-12-2021	Data de vencimento
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n. 0288 001207.9.91	181 758,92 €	4 098,56 €	12 295,67 €	16/03/2023
		CGD - Emp. n. 0288 001279.7.91	56 445,97 €	2 471,40 €	4 942,79 €	10/12/2023
		CGD - Emp. n. 9015 002735.3.91	241 243,60 €	53 996,76 €	64 795,84 €	17/05/2027
	Santander Totta	TOTTA - Emp. n. 003 00781376096	656 448,00 €	86 374,65 €	120 924,55 €	15/12/2024
		TOTTA - Emp. n. 003 04183975096	934 000,00 €	267 333,28 €	295 111,06 €	29/02/2028
	Crédito Agrícola	CA - POLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	839 884,66 €	950 248,58 €	19/03/2030
Esposende 2000, EM	Crédito Agrícola	Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 722 222,24 €	2 916 666,68 €	03/08/2036
		Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase	2 095 000,00 €	1 986 179,20 €	1 759 998,31 €	09/03/2042
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos	MLP	250 000,00 €	200 697,38 €	250 000,00 €	19/05/2021
		9015006156991	5 000 000,00 €	518 928,70 €	929 156,31 €	09/03/2024
Total		Millennium BCP - Locação		19 075,22 €		07/12/2026
			21 562 097,10 €	6 701 262,05 €	7 316 775,27 €	

Nota 23.2 – Honorários Fiscal Único/ Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas do Município de Esposende é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Arq. Benjamim Pereira, datado de 21 de fevereiro de 2020.

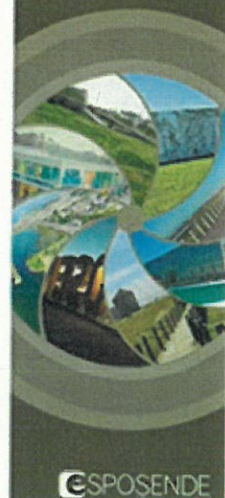
Os honorários faturados durante o período de 2022, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 9.335,76€ (IVA incluído).

O Revisor Oficial de Contas da EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.

Os honorários faturados durante o período de 2022, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 10.000,08€.

O Revisor Oficial de Contas da Esposende 2000, EM – Sociedade Unipessoal, Lda, é RSM & Associados – SROC, Lda representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho.

Os honorários faturados durante o período de 2022, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 3.000,00€.



A análise às contas consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, referentes ao ano de 2022, acontece em contexto de excecional, reflexo da guerra e da inflação, que teve impacto na economia, revisões de preços, aumento dos combustíveis e energia, aumento dos salários, aumento dos preços dos materiais de construção, refletindo-se também nas atividades municipais, no que toca, à realização de eventos, sendo estes alguns exemplos.

O valor total das adições em bens de investimento do Grupo Público do Município de Esposende fixou-se, no final de 2022, em cerca de 9,6M€ (10.5M€ em 2021), mantendo a tendência implementada nos últimos anos, de forte investimento do município.

A conjuntura vivida nos últimos anos continua a ditar a adoção de medidas excecionais, no reforço do apoio dado às famílias, às empresas, às Juntas de Freguesia e demais Instituições do Concelho, assegurando todas as respostas às suas necessidades e mantendo os padrões de exigência dos serviços oferecidos à população.

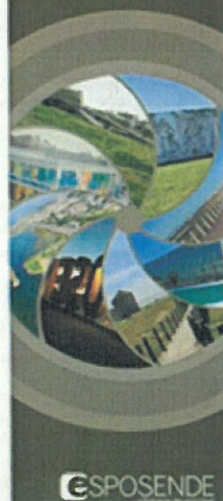
Essas opções implicam um esforço financeiro suplementar da parte do Município que, para mais, vê-se obrigado a garantir a sustentabilidade financeira para os projetos enquadrados no plano de investimento para o território.

Honrando os compromissos que mereceram uma sólida aprovação, mantém-se o vínculo estabelecido com a população, conforme está plasmado neste documento e onde se enfatiza a tendência evolucionista dos últimos anos, suportada num forte investimento que se materializa num elevado número de projetos, concursos e obras em curso por todo o concelho. Ou seja, o investimento direto do grupo no território, sendo de monta e sem paralelo, com uma dinâmica reconhecida a nível regional e nacional, não hipoteca a sustentabilidade financeira do Grupo Público Municipal.

Constatamos a partir deste documento o rumo correto seguido pelo Grupo Público Municipal do Município de Esposende, seja no investimento nas freguesias, tendente à melhoria das condições de vida dos nossos munícipes, seja nas áreas diretamente geridas pelo Grupo, que se traduzem nas inúmeras ações estruturantes na área social, na educação, na cultura, no desporto, saneamento básico, educação ambiental, no desenvolvimento económico, entre outras áreas de intervenção. Esta dinâmica traduz-se em mais de vinte obras inauguradas, durante o ano de 2022, entre as quais destacamos a requalificação do Portinho de Apúlia, do Porto de Pesca de Esposende e da Escola Básica do Facho, a remoção do amianto das escolas básicas, as obras na Escola Secundária Henrique Medina, os Museus do Junco e do Sargaço, o Estádio dos Sargaceiros de Apúlia, a reabilitação urbana que não encontra precedentes, com o melhoramento do espaço público e o forte incentivo à recuperação do edificado privado, o Canal Intercetor de Esposende, o melhoramento do parque escolar, a implantação da nova rede de transportes públicos, a requalificação do pavilhão gimnodesportivo de Mar, a aquisição dos terrenos para a construção do Parque da Cidade e o arranque definitivo do projeto, a disseminação da arte urbana por todo o concelho, ou a abertura do Museu Municipal.

O Município de Esposende prosseguiu com a atribuição de apoios, isenções e benefícios fiscais, manutenção dos impostos municipais no mais baixo patamar, distribuição de equipamentos e meios, proporcionando ajuda aos setores empresarial, social e familiar.

Olharemos sempre para o território como um todo e continuaremos a responder às necessidades das populações.



Estamos orgulhosos dos resultados económicos do Grupo Público Municipal, mas estamos empenhados em responder aos anseios da população, tomando decisões assertivas, denotando resiliência ante as adversidades, sempre com um traço de serenidade na gestão e estabilidade política.

Junto dos nossos munícipes renovamos o agradecimento pela confiança depositada no nosso projeto, acreditando que só a união produz resultados positivos e, com grande empenho e sentido de responsabilidade, conseguiremos alcançar os objetivos que pretendemos para Esposende e para os Esposendenses.

Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal de Esposende


(Benjamim Pereira, Arq.to)





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 126.645.131 euros e um total de Património Líquido de 110.570.145 euros, incluindo um resultado líquido de 577.190 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2 e dos efeitos das matérias referidas no parágrafo 3 na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. O Ativo do Município de Esposende não releva a integralidade dos bens imóveis, não sendo possível até à presente data concluir a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos imóveis incluídos na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento, com referência a 31 de dezembro de 2022, bem como quantificar o respetivo impacto no Património Líquido.

2. O Ativo da Entidade inclui o montante de 3.110.000 de euros na participada Polis Litoral Norte – Sociedade para a requalificação e Valorização do Litoral Norte, S.A., não contemplando os efeitos do Projeto de Partilha resultante da liquidação desta, não sendo possível quantificar o impacto no Património Líquido do Município de Esposende.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

JOAQUIM GOMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GOMARÃES, SROC

Registo na CRIOC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161858

MPC 900 951 945 | Capital Social 5.000 euros

Membro da ABC & Associação SROC ACE

www.jmm.pt

Escritório

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A

Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47

4715-275 Braga - Portugal

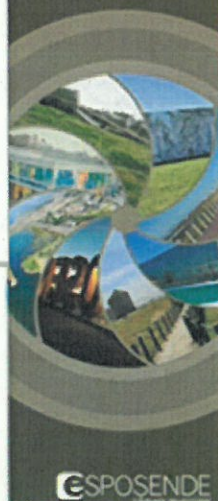
Tel: 351 253 203 520 - Fax: 351 253 203 521

jmm
174

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C

4715-052 Braga - Portugal

Tel: 351 253 213 001 - Fax: 351 253 213 000



RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão Executivo do Município é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo do Município;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo do Município, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC, ACE

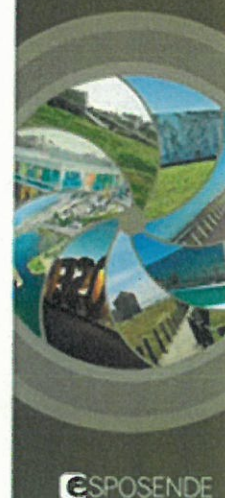
auditoria jmm sroc

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

jmm sroc
2/4

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759



relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Público para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo Público e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão Executivo do Município é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a Opinião com Reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE

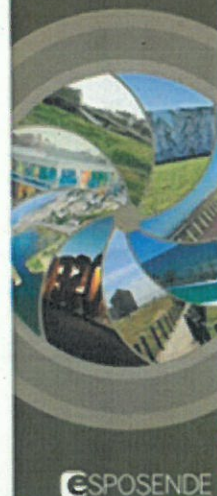
auditoria jmm sroc

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T: +351 253 203 420 E: +351 253 203 421

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T: +351 253 213 061 F: +351 253 213 769

jmm sroc
3/4



as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

O Relatório consolidado de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e as razões para esta insuficiência estejam divulgadas na introdução do Relatório de Gestão.

Braga, 31 de maio de 2023

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459

Representada por:



Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas

Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459

NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros

Membro de ABC & Associados - SROC ACE

 sroc.pt

Escritórios

Polo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

 4/4

Declaração de responsabilidade - Grupo Público do Município de Esposende

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2022 do Município de Esposende**, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Câmara Municipal de Esposende, 30 de maio de 2023

Os responsáveis subscritores:

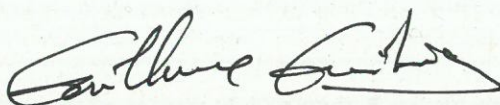
Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara Municipal



(Arq. Benjamim Pereira)

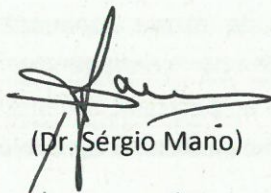
Os Vereadores com competências delegadas:



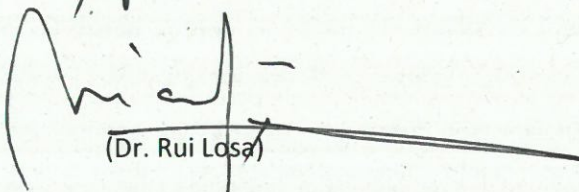
(Eng.º Guilherme Emílio)



(Eng.ª Alexandra Roeger)



(Dr. Sérgio Mano)



(Dr. Rui Losa)

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

N/A

Subscreve enquanto responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal, excetuando as alíneas g) e f).

A Técnica Superior da Divisão de Gestão Financeira,



(Lúcia Tarrio Lima)